

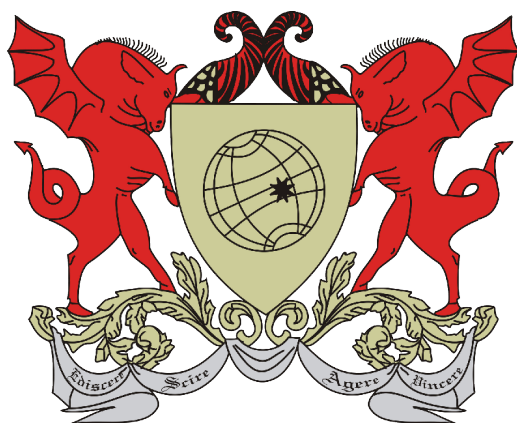
# HISTÓRIA MEDIEVAL

Gustavo de Souza Oliveira



Curso de Licenciatura  
**em História**





**Universidade Federal de Viçosa**

**Reitora**

Nilda de Fátima Ferreira Soares

**Vice-Reitor**

Demetrius David da Silva



Coordenadoria de  
Educação Aberta e a Distância

**Diretor**

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n*

*Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG*

*Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

|              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O48h<br>2012 | <p>Oliveira, Gustavo de Souza, 1985-<br/>História medieval [recurso eletrônico] / Gustavo de Souza<br/>Oliveira. – Viçosa, MG : UFV/CEAD, 2012.<br/>54p. : il. (algumas col.) ; 29cm. (Conhecimento, ISSN<br/>2179-1732 ; n.11)</p> <p>Livro eletrônico.<br/>Bibliografia: p. 52.</p> <p>1. Idade Média - História. I. Universidade Federal de<br/>Viçosa. Coordenadoria de Educação Aberta e a Distância.<br/>II. Título.</p> <p>CDD 22. ed. 940.1</p> |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

OLIVEIRA, Gustavo de Souza - **História Medieval**. Viçosa, 2012.

**Layout: Diogo Rodrigues**

**Editoração Eletrônica: Diogo Rodrigues**

**Capa: Diogo Rodrigues**

**Revisão Final: João Batista Mota**

# SUMÁRIO

|           |                                  |
|-----------|----------------------------------|
| <b>6</b>  | <b>APRESENTAÇÃO</b>              |
| <b>7</b>  | <b>MÓDULO 1</b>                  |
| <b>13</b> | <b>MÓDULO 2</b>                  |
| <b>16</b> | <b>MÓDULO 3</b>                  |
| <b>21</b> | <b>MÓDULO 4</b>                  |
| <b>25</b> | <b>MÓDULO 5</b>                  |
| <b>30</b> | <b>MÓDULO 6</b>                  |
| <b>34</b> | <b>MÓDULO 7</b>                  |
| <b>39</b> | <b>MÓDULO 8</b>                  |
| <b>42</b> | <b>MÓDULO 9</b>                  |
| <b>46</b> | <b>MÓDULO-EXTRA 1</b>            |
| <b>49</b> | <b>MÓDULO-EXTRA 2</b>            |
| <b>51</b> | <b>ANEXO</b>                     |
| <b>54</b> | <b>REFERÊNCIAS BÁSICAS</b>       |
| <b>55</b> | <b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> |



## Apresentação

Caros alunos,

Nosso curso está dividido em três unidades: A sociedade Feudal, A Igreja e a cultura medieval e A Idade Média em crise e será desenvolvido ao longo de nove semanas, sendo 4 semanas para a primeira unidade, 3 semanas para a segunda unidade e 2 semanas para a terceira unidade. Em cada aula trabalharemos com um texto. Espero que todos realizem as leituras obrigatórias com atenção e dedicação. Haverá também um glossário para facilitar a leitura de todos.

**Texto-referência:**

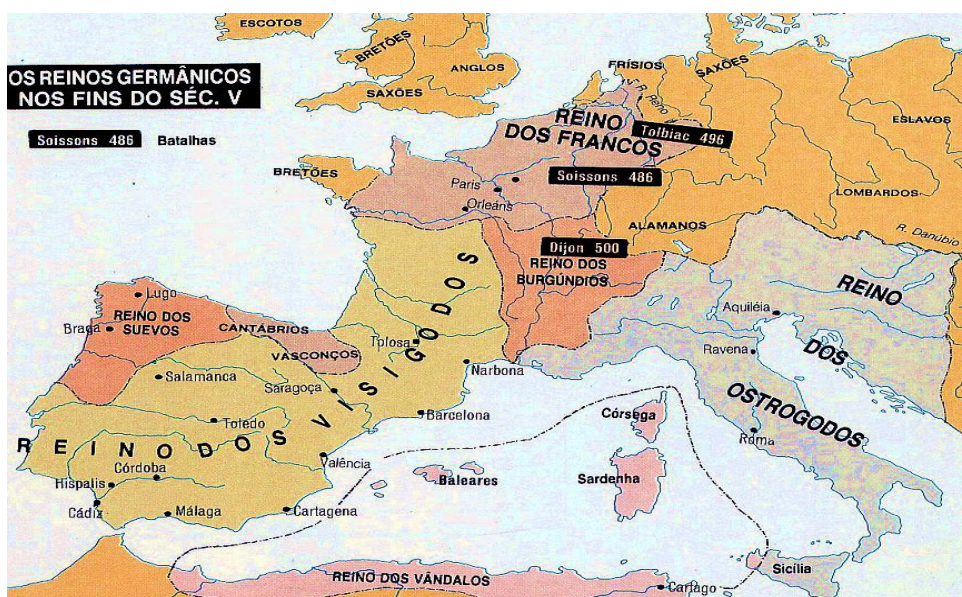
ANDERSON, Perry. *Passagem da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p.103-122.

O texto que analisaremos nesta aula é parte do livro *A passagem da Antiguidade ao feudalismo* de autoria do historiador marxista inglês Perry Anderson. Ele nasceu em Londres em 1938 e é professor de História na Universidade da Califórnia (UCLA), nos Estados Unidos, e editor da *New left review*.

Antes de analisarmos o texto vamos observar o mapa a seguir:

**Os reinos germânicos no século V a. C.**

Disponível em <http://www.ricardocosta.com/textos/map2.htm> Acessado em 11/06/2011



Como vocês podem notar o mapa apresentado especifica o local dos reinos germânicos no século V. É importante visualizarmos esses reinos, pois eles serão analisados por Perry Anderson.

Mas quem eram os germânicos? Para Perry Anderson, eles eram pastores e possuíam uma forma comunal e primitiva na qual a propriedade privada era inexistente. As terras eram cultivadas de forma coletiva, e o líder do grupo (ou clã) dividia entre os germânicos a porção de terra que deveria ser cultivada. De tempos em tempos a terra era redistribuída para evitar desigualdades.

No entanto, o contato com os romanos alterou esse cenário, pois diante da oferta de produtos romanos, os germânicos venderam gado ou capturavam pessoas para serem vendidas como escravos. Desta forma, a situação germânica se alterou, econômica e politicamente. As trocas comerciais e as intervenções diplomáticas favoreceram a diferenciação social e a desintegração do 'modo de produção comunitário' dos germânicos.

Assim, o contato com os romanos levou a uma diferenciação social, a uma mudança política e a uma organização militar, aos grupos germânicos instalados nos limites do Império Romano. O aumento da pressão bárbara sobre os romanos não pode ser considerado fruto do acaso, mas, segundo Perry Anderson, consequência da própria existência do Império Romano, por sua eficácia e influência. Quanto mais os romanos alteravam o modo de viver dos germânicos, mais crescia o perigo vindo das fronteiras. Perry Anderson considera que da colisão e fusão dos romanos com os germânicos surgiu o feudalismo.



Ao longo do século V d. C., as invasões de povos não romanos (suevos, vândalos, alanos, ostrogodos, visigodos, etc.) se ampliaram. A unidade econômica, política e militar do Império Romano foi abalada na primeira metade do século V. No entanto, os germânicos não conheciam uma organização de Estado e, por isso, apoiavam-se em estruturas imperiais que preservaram, combinando-as com as tradições germânicas.

A primeira dificuldade dos germânicos, segundo Perry Anderson, era a disposição econômica da terra. A solução adotada de início era próxima ao modelo romano. Foi adotado o regime de *hospitalitas*. Vamos observar a explicação do autor:

- "O regime de *hospitalitas* foi imposto aos proprietários romanos locais pelos visigodos, burgúndios e ostrogodos. Derivado do velho sistema de aquarteamento imperial, de que muitos mercenários germânicos haviam participado, ultimamente chegava a entregar dois terços da área total das grandes propriedades aos 'hospedes' bárbaros na Burgúndia e na Aquitânia, e um terço na Itália [...]" (ANDERSON, 1995, p. 110)

Em determinadas regiões, escravos também foram entregues. Os *sortes* (lotes distribuídos aos germânicos) não eram redistribuídos entre todos germânicos, mas sim cultivado por poucos. Esses lotes foram tomados por clã de nobres que instalaram soldados rasos como seus rendeiros, os primeiros tornaram-se iguais à aristocracia provincial, e os segundos caíram na dependência econômica dos primeiros. Após as invasões germânicas, a formação do Estado e de um governo central era inevitável.

Os estados germânicos se fundamentaram em um dualismo de influência germânica e romana. Os costumes orais passaram a ser escritos e revelaram as influências latinas. Nas leis dos burgúndios e dos visigodos no século V, diversos elementos foram tomados de empréstimos do código de Teodósio II (imperador Bizantino entre 408 e 450 d. C.).

A influência romana nos povos germânicos pode ser percebida também na religião. Perry Anderson considera que a mudança da crença para o catolicismo não ocorreu devido aos esforços missionários, mas sim como fruto de um processo remodelador que os germânicos sofreram e que alcançou o âmbito religioso.

Os germânicos adotaram o arianismo em vez da ortodoxia cristã, assegurando uma identidade religiosa. O arianismo foi uma visão sustentada pelos seguidores de Ário (256-336 d. C), bispo de Alexandria, segundo o qual, existe só um Deus e Jesus é seu filho e não o próprio Deus. Foi curto o período dos estados germânicos iniciais, pois as expansões francas, bizantinas e islâmicas fizeram os germânicos recuarem.

Todavia, Anderson considerou que foram outras invasões que determinaram de forma permanente o mapa do feudalismo ocidental.



**Três episódios principais da segunda conquista: Conquista franca da Gália; Ocupação anglo-saxônica da Inglaterra; Domínio Lombardo na Itália.**

Na segunda onda de conquistas, ocorreu maior sedimentação cultural. As primeiras invasões removeram a resistência organizada implantada pelo sistema imperial romano no Ocidente. A segunda invasão marcava o fim das leis dualistas com uma contínua desmoralização das leis romanas.

Perry Anderson concluiu que a substituição das formas dualistas não trouxe



uma fórmula política nova ou permanente. Para o autor a colisão entre a tradição germânica e romana levou ao surgimento do feudalismo ocidental. Para sua análise o autor utilizou o conceito de síntese de Marx que se relaciona com a interação e a fusão. Para ele, a síntese do contato entre germânicos e romanos foi o feudalismo.

Não deixem de ler o texto base desta aula! Se necessário, consultem o glosário para facilitar sua compreensão!

## FICHAMENTO DO TEXTO PARA O PRIMEIRO MÓDULO

ANDERSON, Perry. **Passagem da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 103 a 122.

### O cenário Germânico

- ✓ Os germânicos no encontro com os romanos eram pastores. Possuíam um modo de produção comunal primitivo, no qual a propriedade privada era inexistente. (p. 103).
- ✓ As terras eram coletivas e o líder do clã dividia a porção da terra que deveria ser cultivada. De tempos em tempos, a terra era redistribuída para evitar desigualdades. (p. 103).
- ✓ O contato com os romanos alterou esse cenário, pois para comprar produtos dos romanos os germânicos vendiam o gado ou capturavam pessoas em tribos vizinhas para serem entregues como escravos. (p.103/104).
- ✓ A situação dos germânicos era modificada tanto econômica quanto politicamente. Por meio das trocas comerciais e da intervenção diplomática (que incentivava as disputas locais pelo poder) aceleraram a diferenciação social e a desintegração do modo de produção comunitário nas florestas germânicas. (p. 105).
- ✓ Quando mais permanecia o Império Romano, mais influência ele exercia. Com isso, as tribos germânicas, instaladas ao longo da fronteira dos romanos, eram levadas a uma maior diferenciação social e níveis maiores de organização militar e política. Assim, o aumento da pressão bárbara sobre os romanos não era reflexo do azar ou da casualidade, mas consequência da própria existência do Império Romano, sua eficácia e influência. (p. 105)
- ✓ Quanto mais os romanos alteravam o modo de viver das tribos germânicas, crescia o perigo vindo das fronteiras. (p. 106).
- ✓ “A longa simbiose das formações sociais romana e germânica nas regiões fronteiriças gradualmente estreitara a brecha entre ambas, embora ainda continuasse uma fenda enorme na maioria dos aspectos . De sua colisão e fusão final e cataclísmica iria surgir finalmente o feudalismo.”(p. 107). O feudalismo nasceu do contato e fusão dos romanos com os germânicos, na interpretação de Perry Anderson.

### As Invasões

- ✓ Ao longo do século V d. C. as invasões bárbaras se ampliaram (suevos, vândalos, alanos, ostrogodos, visigodos, etc.). As unidades econômica, política e militar dos romanos foram abaladas. Na primeira metade do século V, a ordem imperial foi dissipada pelo influxo dos bárbaros do Ocidente. (p. 108/109).
- ✓ “Contudo, as tribos germânicas que esfacelaram o Império Ocidental não eram capazes de trazer por si mesmas um novo universo político e coerente em substituição a ele.” Os germânicos não conheciam uma organização de Estado territorial duradoura; o local de instalação do povo bárbaro estava distante da sua área de origem e, assim, recebiam reforço da migração natural. (p.109). “Por



isso, eles se apoiavam firmemente nas estruturas imperiais, que paradoxalmente preservavam, combinando-as sempre que possível com as germânicas, formando um dualismo institucional sistemático.” (p. 110).

- ✓ A primeira dificuldade encontrada pelos invasores (germânicos) era a disposição econômica da terra. A solução adotada de início era próximo ao modelo adotado pelos romanos.

- ✓ *Hospitalitas* – esse regime foi imposto aos proprietários romanos pelos visigodos, ostrogodos e burgúndios. Derivado do sistema romano de aquartelamento, no qual se entregavam até dois terços da propriedade ao hóspede (germânicos). Em determinadas regiões, escravos também foram entregues.

- ✓ Os *sortes* (lotes distribuídos aos germânicos) não eram redistribuídos entre todos germânicos, mas sim cultivado por poucos. Esses lotes foram tomados por clã de nobres que instalaram soldados rasos como seus rendeiros: os primeiros tornaram-se iguais da aristocracia provincial e os segundos caíram na dependência econômica dos primeiros. (p. 110/111).

- ✓ “A estratificação de classe cristalizou-se rapidamente, uma vez que as federações tribais nômades ficavam fixadas territorialmente dentro dos limites das fronteiras imperiais antigas.” (p. 111).

- ✓ “O desenvolvimento político dos povos germânicos depois das invasões confirmava e refletia essas mudanças econômicas. A formação do Estado agora era inevitável e, com ela, a coercitiva autoridade central sobre a comunidade guerreira livre” (p. 111).

- ✓ “Os reinos germânicos característicos desta fase eram ainda monarquias rudimentares, com regras de sucessão incertas, apoiadas sobre os corpos das guardas reais ou de cortes domésticas, a meio caminho entre os seguidores pessoais do passado tribal e os nobres proprietários do futuro feudal.” (p. 113).

- ✓ Os Estados germânicos fundamentavam-se em um dualismo separando o reino em duas ordens distintas: uma influência germânica e outra romana. Aparato militar germânico junto com uma burocracia civil romana, na Itália ostrogoda. Sobreviviam dois códigos jurídicos: um germânico, baseado nas tradições, e outro romano. “Os próprios sistemas jurídicos germânicos muitas vezes revelavam pronunciadas influências latinas, uma vez que os costumes orais se tornaram códigos escritos – diversos elementos do código imperial de Teodósio II foram tomados de empréstimos às leis dos burgúndios e dos visigodos no século V.” (p. 113).

**Obs.: Teodósio II foi um imperador bizantino (408-450). Ele é conhecido principalmente pela promulgação do *Codex Theodosianus*.**

- ✓ “A passagem política a um sistema de Estado territorial [de influência romana] também era inevitavelmente acompanhada pela conversão ideológica ao cristianismo – que parece ter ocorrido em todos os casos numa geração durante o início do cruzamento das fronteiras.” (p. 113).

- ✓ A mudança para o catolicismo não ocorreu devido a esforço missionário, mas se constituiu como fruto do processo remodelador que os germânicos sofreram e no qual a religião foi um sinal interior. Essa religião marcou uma mudança de um mundo subjetivo do clã, com ausência de um Estado bem definido, para uma ordem divina como complemento de uma autoridade terrestre mais bem definida. (p. 114).

- ✓ “Eles adotaram unanimemente o arianismo, em vez da ortodoxia cristã, e assim asseguraram uma identidade religiosa separada dentro do universo comum da cristandade.” (p. 114).

**Obs.: O arianismo foi uma visão sustentada pelos seguidores de Ário (256-336), bispo de Alexandria. Segundo Ário só existe um Deus e Jesus é seu filho e**

não o próprio.

✓ “O arianismo germânico não era fortuito nem agressivo: era uma insígnia de separação dentro de uma certa unidade aceita.” (p. 114).

✓ O tempo de duração dos Estados Bárbaros (germânicos) iniciais foi curto, logo as expansões francas, bizantinas e islâmicas fizeram recuar os germânicos na Gália, Itália e Espanha. “Foi a onda seguinte de invasões germânicas que determinou profundamente e de maneira permanente o último mapa do feudalismo ocidental” (p. 116).

✓ Três episódios principais desta conquista bárbara: 1) conquista franca da Gália; 2) ocupação anglo-saxônica da Inglaterra e 3) domínio lombardo à Itália. (p. 116).

✓ “A sedimentação cultural da segunda onda de conquistas foi muito mais profunda e mais duradoura que a primeira.” Essa sedimentação é perceptível quando observado a influência nos idiomas. Os francos influenciaram em cerca de 500 palavras o vocabulário Francês, os lombardos em 300 o idioma italiano, enquanto os visigodos em 60 na língua espanhola e os suevos em 4 no português. (p. 117).

✓ Essa maior influência é devido a primeira onda de invasões terem removido a resistência organizada implantada pelo sistema imperial romano no Ocidente. “O dualismo rígido e instável do século V desapareceu aos poucos no século VI (...) um lento processo de fusão, integrando elementos germânicos e romanos numa nova síntese que haveria de substituí-los, começou a ocorrer gradualmente. O mais importante desses desenvolvimentos – o surgimento de um novo sistema agrário”. (p.117).

✓ Os francos, lombardos ou anglo-saxões aceitaram o sistema de *hospitalitas*. Não tentaram uma conciliação com os proprietários de terras romanos. Desta forma, a mudança da grande propriedade agrária foi muito maior na segunda onda de invasões. (p.118).

✓ “Politicamente, esta segunda onda de invasões marcava ou pressagiava o fim das leis e administrações dualistas, com uma contínua desmoralização dos legados jurídicos romanos. (...) A lei germânica se tornou progressivamente a dominante, enquanto as taxas herdadas de Roma decaíam ante a resistência da população e da Igreja a uma fiscalização que já não mais correspondia a qualquer serviço público ou Estado integrado.”(p. 120).

✓ A substituição das formas dualistas não trouxe nenhuma fórmula política nova que fosse permanente na Idade Média, no máximo o abandono das tradições avançadas da Antiguidade Clássica. (p. 121). Anderson demonstra sua visão acerca da Idade Média como atraso. Podemos perceber também com sua frase Idade das Trevas na página 120.

✓ “Nem a simples justaposição nem a mescla rudimentar poderiam libertar um novo modo de produção geral, capaz de ultrapassar o impasse da escravidão e do colonato, e, com isto, uma nova e internamente coerente ordem social. Em outras palavras, só uma genuína *síntese* poderia realizar isso.” (p. 122)

**Obs.: Síntese: Conceito de Marx**



## Glossário - Módulo I

**Arianismo** – Crença herética que surgiu dos ensinamentos do sacerdote Alexandre Ario (256-336). Ario sugeriu a noção segundo a qual Jesus Cristo não era coeterno com Deus. Diversas tribos germânicas aderiram ao arianismo: os ostrogodos na região da atual Itália, os visigodos na região da atual Espanha e os vândalos no norte da África.

**Alamanos** – Grupo de tribos germânicas que pressionaram os limites do Império Romano no século III e V.

**Alanos** – Povo pastoril e nômade que ocupavam a região ao nordeste do Mar Negro. São descritos como guerreiros e especialistas na criação de cavalos. No século V d. C. deslocaram-se e penetraram na Gália.

**Anglo-saxões** – Termo usado para designar as tribos de origem germânica que se instalaram na Grã-Bretanha no século V.

**Francos** – Um dos principais povos germânicos. Durante as migrações do século IV e V, os francos dividiram-se em dois grupos principais: os sálios e os ripuários.

**Lombardos** – Pequeno grupo germânico que penetrou na Península Itálica em 568, último ato político significativo no processo de colonização germânico dentro das fronteiras do Império Romano.

**Ostrogodos** (godos do leste) – Um dos principais ramos dos godos que se deslocaram para oeste, sob a pressão dos hunos. Os ostrogodos eram cristãos arianos.

**Vândalos** – Um dos mais destacados grupos germânicos orientais que invadiram o Império Romano Ocidental nos séculos V e VI.

**Visigodos** (godos ocidentais) – Entre os germânicos orientais, os visigodos constituíam uma parte coesa dos povos góticos. Durante o século IV d.C. converteram-se ao cristianismo ariano. Mas, durante o século V, chegaram a saquear Roma e penetraram também na Península Ibérica.

**Texto-referência:**

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1977. (p.49-64).

Nesta aula utilizaremos o terceiro capítulo intitulado 'As cidades e os burgos' do livro *As cidades da Idade Média*, escrito por Henri Pirenne. O autor, um historiador belga que nasceu em 1862 e faleceu em 1935, foi professor de História na **Universidade de Gante** de 1892 até a sua morte.

No início de sua análise, o autor lança uma pergunta: Existiram cidades no século IX? A resposta depende do que entendemos como *cidade*: se a considerarmos como localidade em que se consagra o comércio e a indústria, a resposta será negativa; se a analisarmos como comunidade de personalidade jurídica, com direito e instituições, a resposta também será negativa. Entretanto, se a entendermos como centro de administração e fortaleza, podemos concluir que o período carolíngio conheceu diversas cidades.

Essas "cidades" se caracterizavam principalmente por serem local de proteção e refúgio contra o inimigo: tinham a forma quadrada ou redonda, cercada por muros feitos de madeira ou pedra, com um fosso e uma passagem. Em outros termos, é um local cercado, a própria palavra *town* do inglês designava *cerca*.

Essas cercas, ou cidades, em grande parte do tempo ficavam vazias, seu movimento se restringia a períodos de guerra. Mas aos poucos essa situação mudou, quando se tornaram centros administrativos, religiosos, políticos e econômicos.

Para H. Pirenne, nem a Grécia, nem Roma conheceram algo como a burguesia local da Idade Média. Roma estendeu seu domínio com base no sistema administrativo do seu império, que sobreviveu às invasões germânicas. O domínio do Islã no Mediterrâneo dificultou o comércio, que ainda mantinha uma movimentação nas cidades e os condenou à decadência.

Podemos notar que o autor reforça a noção de que o islamismo dominando o mediterrâneo impôs mudanças ao antigo modo romano de governar. Para ele, os germânicos mantiveram a forma organizacional do Império Romano. No próximo módulo, perceberemos que o historiador William Bark discordou dessa posição.

No século IX, já não havia razão para existir as cidades, pois, ao cessar os centros comerciais, elas perderam a maior parte da sua população. Assim, para Henri Pirenne, sem os mercadores, o caráter urbano das cidades acabou. A palavra *civitas* mudou seu sentido no século IX, passando a designar *bispado* ou *local episcopal*.

Ao longo do século IX, era preciso que as cidades se defendessem, seja dos Sarracenos e Normandos ou de príncipes próximos. Desta forma, o território cobriu-se de fortalezas, que receberam diversos nomes: *castellum*, *castrum*, *oppidum*, *urbs*, *municipium* e o mais usual, *burgus*, palavra adotada dos Germanos pelo latim do Baixo Império e que se conservou em línguas modernas.

O burgo não possui características urbanas. Sua população era composta de cavaleiros e clérigos; era uma população de fortaleza, e não de cidade. O comércio e a indústria não eram possíveis de se conceber nos burgos.

H. Pirenne conclui que o período que se abriu com a época carolíngia não conheceu cidades, nem no sentido social, nem econômico e nem jurídico da palavra.

As novas cidades se formaram à volta das muralhas dos burgos e das antigas cidades quando o comércio renasceu.

Não deixem de ler o texto-referência desta aula!

## FICHAMENTO PARA O SEGUNDO MÓDULO

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**. Lisboa: Europa-América, 1977. (p.49-64). - Capítulo III – As cidades e os burgos

- Pirenne inicia com uma pergunta: “Existiram cidades no meio da civilização de base agrícola em que se tornou a da Europa Ocidental no decurso do século IX? Para o autor, a resposta desta pergunta depende do significado que se atribui à palavra cidade. Se considerarmos cidade como localidade em que se consagra o comércio e a indústria ou como comunidade de personalidade jurídica, com direito e instituições, a resposta será negativa. Entretanto, se considerarmos cidade como centro de administração e fortaleza podemos considerar que o período carolíngio conheceu diversas cidades (p. 49)

- Essas “cidades” se caracterizam principalmente como local de proteção e refúgio contra o inimigo. “Consiste num espaço de forma quadrada ou circular, cercado de baluartes feitos de troncos de árvores, de terras ou de blocos de rochas, protegido por um fosso e com aberturas para acesso. Numa palavra é uma cerca. E notaremos em seguida que as palavras do inglês moderno (*town*) ou no russo moderno (*gorod*), *cidade*, designaram primitivamente *cerca*.” (p. 50)

- Essas cercas, em grande parte do tempo, ficavam vazias; seu movimento se restringia apenas em períodos de guerra, mas aos poucos essa situação mudou. “O que não tinha sido a princípio senão um centro ocasional de reunião tornou-se uma cidade, centro administrativo, religioso, político e econômico de todo o território da tribo, da qual adotaram o nome.” (p. 50)

- “Nem a Grécia, nem Roma, conheceram nada de semelhante à burguesia estritamente local e particularista da Idade Média. (...) O sistema municipal identifica-se, pois, na Antiguidade com o sistema constitucional. E quando Roma estendeu o seu domínio a todo o mundo mediterrâneo, fê-lo na base do sistema administrativo de seu Império. Esse sistema sobreviveu na Europa Ocidental às invasões germânicas.(...) o impulso do Islão no Mediterrâneo, tornando impossível o comércio que até então tinha ainda mantido alguma atividade nas cidades, condenou-as a uma irremediável decadência.” Aqui o autor reforça a noção de que o islamismo dominando o mediterrâneo que impôs mudanças ao antigo modo romano de governar. Para ele, os germânicos mantiveram a forma organizacional do Império Romano. Bark discorda dessa posição. (p. 51).

- “Na economia do século IX já não tinham, com efeito, razão de existir. Cessando de ser centros comerciais, tinham perdido, evidentemente, a maior parte da sua população. Com os mercadores desapareceu o caráter urbano que haviam conservado ainda durante a época merovíngia.” (p. 52).

- “A mudança de sentido da palavra *civitas*, a partir do século IX, revela claramente este fato. Ela torna-se sinônimo de bispado e de cidade episcopal. Diz-se *civitas Parisiensis* para designar quer diocese de Paris, quer a própria cidade de Paris, onde residia o bispo. E sob esta dupla acepção se conserva o vestígio do antigo sistema municipal, adaptado pela Igreja aos seus fins particulares. (...) O que já não representava o governo do Estado, permaneceu-o no governo da Igreja. A cidade Imperial tornou-se a cidade pontifícia.” (p. 54).

- “Um regime teocrático substituiu completamente o regime municipal da antiguidade.” (p. 57).

- “No meio da insegurança e das desordens que impregnaram de um caráter tão lúgubre a segunda metade do século IX, coube, pois, às cidades cumprir verdadeiramente uma missão protetora.” (p. 59).

- “A primeira necessidade à qual era preciso fazer face era a da defesa, quer contra os Sarracenos e Normandos, quer contra príncipes vizinhos. Desse modo, vemos, a partir do século IX, todo o território cobrir-se de fortalezas. Os textos contemporâneos dão-lhe os mais diversos nomes: *castellum*, *castrum*,





*oppidum, urbs, municipium*; a mais usual, e em todo o caso a mais técnica destas designações, é a de *burgus*, a palavra adotada dos Germanos pelo latim do Baixo Império e que se conservou em todas as línguas modernas (*burg, borough, bourg, borgo*).” (p. 60).

- Descrição do burgo – Perímetro pouco extenso, rodeada por um fosso e com uma torre no centro (p. 61).

- “De resto, o burgo não apresenta a mínima característica urbana. A sua população não comporta, além de cavaleiros e clérigos, que formam parte essencial, senão homens empregados no seu serviço e o número dos quais foi certamente muito pouco considerável. É uma população de fortaleza, não é uma população de cidade. Nem comércio, nem indústria, são possíveis ou mesmo de conceber tal meio.” (p. 63).

- “Pode-se, portanto, concluir-se, sem receio de nos enganarmos, que o período que se abre com a época carolíngia não conheceu cidades, nem no sentido social, nem no sentido econômico ou jurídico desta palavra. As cidades antigas e os burgos não foram senão praças fortes e sedes de administração.” (p. 63).

- As novas cidades se formarão à volta das muralhas dos burgos e das antigas cidades quando o comércio renascer (p. 64).

## ATIVIDADE SEMANAL

**Tema:** A cidade Medieval

**Questão:** Explique a importância, para Henri Pirenne, do impulso do Islã na mudança do caráter urbano das cidades.

**Texto-referência:**

BARK, William. C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974. (p. 16-47).

Na aula desta semana daremos sequência em nossa primeira unidade, que tem por tema *A sociedade Feudal*. Utilizaremos para isso o capítulo dois *O problema do início medieval* do livro *Origens da Idade Média*, do historiador William Bark, publicado no Brasil pela editora carioca Jorge Zahar.

William Carroll Bark nasceu no ano de 1909 e foi professor emérito de História Medieval na Universidade de Stanford, Estados Unidos. Em 1958 lançou sua principal obra, *Origens da Idade Média*, e defendeu a ideia de que a Idade Média foi um período de inovação, descoberta e avanço técnico. O autor faleceu em outubro de 1996 aos 87 anos.

Em seu trabalho, William Bark afirmou que não houve apenas uma Idade Média, mas sim várias. Assim, podemos perceber que para a renascença a Idade Média foi o período da barbárie e para Voltaire a Idade da fé. Entretanto, William Bark considerou como a mais construtiva e historicamente útil a interpretação econômica, sendo que um de seus grandes expoentes foi o historiador belga Henri Pirre, autor que estudamos na aula passada.

Um primeiro aspecto resumido por William Bark refere-se à interpretação de Pirenne que considera o começo da Idade Média ligado à expansão ocidental do islamismo. As invasões germânicas teriam sido, então, novidade superficial. Os germânicos não teriam realizado grandes modificações na forma administrativa imposta pelos romanos.

Assim, não foram as invasões germânicas que provocaram a grande ruptura entre a antiguidade e a Idade Média, mas sim os sarracenos. *Sarracenos* era uma das formas com que os cristãos designavam os árabes ou os muçulmanos.

Desta forma, o feudalismo teria substituído o Estado centralizado, e a instituição eclesiástica assumiu a liderança de uma sociedade secular. O Mediterrâneo tornou-se um lago muçumano, e o centro da vida da Europa ocidental foi empurrado para o norte. Foi assim, para Pirre, na interpretação de Bark, que Maomé abriu caminho para Carlos Magno.

De acordo com William Bark, Pirre considerou que a principal fonte de renda real era a tributação do comércio que, ao contrário do imposto da terra, era muito fácil de recolher e provocava pouca resistência. Quando o comércio começou a desaparecer, devido à expansão marítima dos sarracenos, os ricos governantes merovíngios começaram a ficar sem dinheiro. Isso significou que a perda de seu poder econômico e político ocorreram não pela incapacidade própria, mas por meio da ação dos sarracenos.

William Bark discordou da análise em que grandes modificações ocorreram apenas com os muçumanos anos depois das invasões germânicas. Para ele, a vida comercial, a agricultura, as finanças e os impostos se modificaram antes do domínio muçumano.

Não era o domínio do mar que tinha tanta importância, mas a situação econômica daqueles que pretendiam usá-lo. Não importava quem bloqueava o acesso, o mar era apenas uma via. Se os povos da Europa Ocidental não tivessem nada para transportar, pouco ajudava ter o controle. Bark afirmou que o centro político e econômico da Europa teria sido deslocado para o norte antes dos domínios sarracenos.

Henri Pirre, para Bark, considerou os muçumanos como os culpados de interferir nas antigas rotas comerciais através do Mediterrâneo, mas ele se esqueceu de considerar que grande parte das vias comerciais foram dominadas pelos bizantinos, e não pelos muçumanos. Desta forma, Pirenne teria considerado a Igreja Católica apenas como um agente da preservação da *Romania*, com toda sua tradição clássica e pagã.

Assim, a história da Europa ocidental do século IV ao VII só pode ser enten-



didando considerando duas partes que estão ligadas essencialmente uma à outra: o cristianismo e o colapso do governo local e da economia romana provocada pelas sucessivas invasões germânicas. Bark considerou que Pirenne deixou de lado o papel do cristianismo nesse processo construtivo da Idade Média.

## FICHAMENTO PARA O TERCEIRO MÓDULO

BARK, William. C. **Origens da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974. (p. 16-47). - Cap. 2 – O problema do início Medieval.

✓ Idade Média como preferência do plural. “Talvez essa preferência pelo plural venha da cautela, de uma insistência jurídica em prever todas as contingências possíveis; quaisquer que sejam suas raízes porém, o plural se aplica à Idade Média.”

✓ “Há outro sentido no qual houve não uma Idade Média, mas várias idades médias: nas atitudes filosóficas em relação ao período.” Para renascença o período da barbárie e para Voltaire foi a Idade da fé (p.16-17).

✓ “Houve outras opiniões sobre a Idade Média – Jurídicas, constitucionais, nacionais, religiosas, mas provavelmente a mais construtiva e historicamente útil foi a econômica. Os historiadores da Economia começaram a suspeitar que informações importantes poderiam ser obtidas do exame do período.” Um desses foi o historiador belga Henri Pirenne (p. 17).

✓ Henri Pirenne considera que o começo da Idade Média está ligado à expansão ocidental do islamismo “e a destruição da unidade do Mediterrâneo, há muito preservada pelos romanos”. Pirenne considerava que sem Maomé seria inconcebível Carlos Magno (p. 18).

✓ Para Pirenne: “Não foram as invasões germânicas que provocaram a grande ruptura entre a antiguidade e a Idade Média, não os visigodos, certamente não os ostrogodos, e nem mesmo os francos merovíngios. Foram os sarracenos [uma das formas com que os cristãos designavam os árabes ou os muçulmanos.]. Sua conquista do norte da África e Espanha significou, após o século VIII, uma posição de domínio para os francos no Ocidente. Os muçulmanos agravaram também a separação entre Oriente e Ocidente.” (p. 18).

✓ Para Pirenne: “O feudalismo substituiu o Estado centralizado, e a instituição eclesiástica assumiu a liderança de uma sociedade secular. O mediterrâneo tornou-se um lago muçumano, e o centro da vida da Europa ocidental foi empurrado do Mediterrâneo para o norte. Um longo processo de evolução culminou finalmente no ano 800 da era cristã, com a coroação de Carlos Magno em Roma e o estabelecimento de um novo império.” (p.19).

✓ Para Pirenne as invasões germânicas foram apenas novidade superficial. “Nada se modificou realmente com os alemães, que admiravam as instituições romanas e desejavam preservar aquilo que haviam herdado.(...) Nessa análise, Pirenne parece ter partido da premissa de que se os alemães não provocaram modificações, então não houve realmente modificações.” (p. 19).

✓ Bark discorda que grandes modificações ocorreram apenas com os muçumanos anos depois das invasões germânicas. Para Bark, a vida comercial, a agricultura, as finanças e os impostos se modificaram antes do domínio muçumano (p. 20).

✓ “Em suma, pode ter havido modificações relevantes tanto no Ocidente como no Oriente, que nada tinha a ver com a abertura do Mediterrâneo às viagens e ao comércio.” (p. 21).

✓ “Os dois problemas básicos, político e econômico, que Pirenne lutou em vão para resolver, afirmando ousadamente que o velho sistema romano sobre-



viveu até a era carolíngia, surgem juntos, como um monstro de duas cabeças, na forma dos reis merovíngios. Vendo neles a imagem dos imperadores romanos e bizantinos, Pirrene atribui-lhes coisas as mais extravagantes. (...) Fazer desses príncipes insignificantes mais do que pálidas sombras dos grandes imperadores romanos e orientais é algo que raia o fantástico.” (p. 22-23).

✓ Impõe-se naturalmente saber por que os reis se tornaram assim totalmente cegos a seus principais interesses. A resposta de Pirrene é que isso não ocorreu. A principal fonte de renda real, insiste ele, era a tributação do comércio que, ao contrário do imposto da terra, era muito fácil de recolher e provocava pouca resistência. Segue-se que, quando o comércio começou a desaparecer devido à expansão marítima dos sarracenos, os ricos governantes merovíngios começaram a ficar sem dinheiro. Isso por sua vez significa que a perda de seu poder econômico e político ocorreu não através de uma incapacidade própria, mas antes através da ação dos sarracenos.” (p. 24).

✓ Bark discorda da análise de Pirrene, pois para ele os reis estavam se tornando fracos antes do fracasso do comércio. O que não teria ligação com a ação dos sarrecenos (p. 24-25).

✓ “Pirrene viu que a concessão de imunidades era um conseqüência da fraqueza do rei, mas não compreendeu que essa fraqueza já fora demonstrada antes na era merovíngia com o desaparecimento dos serviços públicos. (...) Aos que abordam o período merovíngio através da história romana, um dos aspectos mais perturbadores da explicação dada por Pirenne ao início medieval deve ser a reduzida importância atribuída às condições internas do Império, que se modificavam.” (p. 25).

✓ Bark acreditava que a explicação sarracena de Pirenne era simples demais para um processo tão complexo (p. 27).

✓ Opinião de Bark contestando Pirenne: “A Gália sofrera a guerra civil, a destruição de seus mercados, invasão, e o governo fraco e incapaz dos merovíngios. Não foi, portanto, o fechamento das vias marítimas pelos mulçumanos ou sua hostilidade para com o Ocidente, exceto a princípio, que reduziu o comércio. Foi antes a fraqueza e a ineficiência internas, e o empobrecimento das mercadorias de exportação.” (p. 27-28).

✓ Para Bark não era o domínio do mar que tinha tanta importância, mas a situação econômica daqueles que pretendiam usá-lo. Desta forma, não importava quem bloqueava o acesso, o mar era apenas uma via. Se os povos da Europa Ocidental não tivessem nada para transportar pouco ajudava ter o controle (p. 28).

✓ “Tornar os sarracenos indiretamente responsáveis pelo início do feudalismo medieval, de tal forma, é evidentemente errôneo. Essa explicação deixa inteiramente de lado a ineficiência do governo merovíngio.” (p. 29).

✓ Os merovíngios não conseguiriam se manter através da continuação de formas romanas, pois estas não impediram o colapso do Império Romano (p. 30).

✓ Para Pirenne o domínio islâmico do Mediterrâneo, antigo mar romano, separou o mundo do islã do mundo cristão o que marcou o fim da tradição antiga e o início da Idade Média (p. 30).

✓ Pirrene considerou os mulçumanos como os culpados de interferir nas antigas rotas comerciais através do mediterrâneo, mas ele se esqueceu de considerar que grande parte das vias comerciais foram dominadas pelos bizantinos (p. 31).

✓ “Torna-se cada vez mais claro que o centro da gravidade político e econômico da Europa começou a deslocar-se para o norte muito antes que os sarracenos conquistassem a Espanha.” (p. 32).

✓ Pirenne considerou que os germânicos não romperam com a tradição clássica, mas sim os sarracenos anos depois (p. 34).

✓ Pirrene argumentou que o uso do latim simplificado por religiosos não indicava nenhum afastamento da velha tradição romana (p. 36).

✓ “Por essa engenhosa, mas aceitável, reconstrução, Pirenne transformou a mais poderosa instituição isolada que participou da formação de uma nova sociedade ocidental – a Igreja Católica – apenas num agente da preservação da *Romania*, com toda sua tradição clássica e pagã. A simplificação do latim era outro indício do declínio cultural que há muito se observava. Cesário e outros escreveram em linguagem simples devido ao grande aumento do analfabetismo do povo a que serviam.” (p. 36).

✓ “A essência da nova escola cristã, ou seja, medieval, está na íntima associação da instrução literária e educação religiosa, e na fusão dos ensinamentos mundanos e espirituais. Pirenne sustentava, porém, que como os governantes alemães empregavam funcionários administrativos e judiciais, deveria ter existido escolas leigas para tais funcionários. As escolas como notamos, eram religiosas, embora alguma instrução leiga continuasse a ser ministrada.” (p. 39).

✓ Como na literatura, a arte clássica estava moribunda quando o cristianismo venceu (p. 40).

✓ “Ao examinar o efeito das próprias invasões sobre a arte ocidental, Pirenne seguiu novamente a tendência já manifestada. Os germanos nada de novo introduziram, mas apenas ampliaram a influência da arte ocidental, o que para Pirenne não constituiu uma modificação.” (p. 40).

✓ “Na arte, como em outros setores, a explicação de Pirenne é lamentavelmente inadequada. Parece, por exemplo, não ter havido qualquer ruptura entre as artes merovíngia e carolíngia, como teria ocorrido se o fechamento do Mediterrâneo fosse o fato histórico decisivo que Pirenne pretendia.(...)O mediterrâneo não salvou a Europa da “barbárie” na arte no período anterior a expansão mulçumana, nem o seu fechamento provocou a completa germanização do Ocidente. A conclusão deve ser que na arte, como na economia e em outras áreas, modificações e novas linhas de evolução se iniciaram antes das conquistas sarracenas e por pouco tinha a ver com o estado do Mediterrâneo.” O Mediterrâneo não pode ter o valor que Pirenne o atribui (p. 41).

✓ “Segundo Pirenne, a separação do Oriente e Ocidente e a aliança do papa com os povos do Norte também foram produtos da expansão mulçumana.” (p. 42).

✓ Pirenne pouco leva em consideração as negociações de Justiniano[Foi imperador bizantino no ano de 527] com o papado para a solução do cisma acaciano e seu fracasso em aplacar os monofisitas.” (p. 42).

✓ A política religiosa de Justiniano deixou tanto o Oriente quanto o Ocidente mais fracos do que na época de imperadores anteriores, como Justino I (p. 44).

✓ “Poderíamos dizer que se Carlos Magno é inconcebível sem Maomé, este é inconcebível sem Justiniano.(...) No período em questão, a história do Ocidente estava intimamente ligada à do Oriente e, para serem compreendidas, têm de ser examinadas em conjunto.” (p. 44).

✓ “Talvez o ponto mais fraco de Pirenne em sua exposição sobre os quatro séculos que antecederam Carlos Magno tenha sido a incapacidade de discernir naquele difícil período o início de uma nova civilização.” (p. 44-45).

✓ Para Bark, a história da Europa ocidental do século IV ao VII só pode ser entendida considerando duas partes que estão ligadas essencialmente uma à outra: o cristianismo e o colapso do governo local e da economia romana provocada pelas sucessivas invasões. “A nova sociedade não era produto da invasão, da experiência e do reajustamento apenas, nem era somente uma criação do cristianismo. Ambos haviam colaborado para a sua formação.” (p. 44-45)

✓ Bark considera que Pirenne deixou de lado o papel do cristianismo nesse processo construtivo da Idade Média. Para ele, Pirenne não considerou o papel fundante do catolicismo. “E, acima de tudo, que nos séculos IV e V, quando o espírito clássico estava quase morto no Ocidente, juntamente com forma romana de administração política e muito do que restava do velho sistema social, o



espírito cristão foi capaz de criar uma nova civilização cheia de vida, esperança e confiança.” (p. 47).

## ATIVIDADE SEMANAL

### FÓRUM

**Tema:** A Europa Ocidental no século IV

*Leia os trechos abaixo:*

“Nem a Grécia, nem Roma, conheceram nada de semelhante à burguesia estritamente local e particularista da Idade Média. [...] O sistema municipal identifica-se, pois, na Antiguidade com o sistema constitucional. E quando Roma estendeu o seu domínio a todo o mundo mediterrânico, fê-lo na base do sistema administrativo de seu Império. Esse sistema sobreviveu na Europa Ocidental às invasões germânicas. [...] O impulso do islão no Mediterrâneo, tornando impossível o comércio que até então tinha ainda mantido alguma atividade nas cidades, condenou-as a uma irremediável decadência.”

(PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1977, p. 51.)

“A rápida prosperidade comercial dos sarracenos suscita mais uma ou duas perguntas. Pirenne deu muita importância à unidade mediterrânica, que considerou uma questão vital. Não obstante, os sarracenos, controlando apenas certas partes do mar, puderam realizar, apesar disso, um comércio marítimo florescente. Não era a unidade do mar que tinha tanta importância, é o que devemos concluir, mas a situação econômica dos homens que desejavam usá-lo. O mar era apenas uma via, e não uma garantia do sucesso comercial. Se os povos através dele, pouca diferença fazia que a extremidade ocidental estivesse bloqueada pelos vândalos ou pelos mulçumanos, ou completamente livre, como ocorreu nos séculos IV, V e parte do VI.”

(BARK, William. C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974, p.28.)

**Questão** - Compare a opinião de Henri Pirenne e de William Bark sobre o comércio no Mediterrâneo.

**Texto-referência:**

BARROS, José D'Assunção. *Cidade Medieval e feudalismo – Um balanço da questão*. Publ. UEPG, Ponta Grossa, 16 (2): 289-300, dez. 2008.

Nesta aula analisaremos o último texto da nossa primeira unidade A sociedade feudal. O artigo, *Cidade Medieval e feudalismo – Um balanço da questão*, é de autoria de José D'Assunção Barros: doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professor da Universidade Severino Sombra, em Vassouras (RJ), onde desenvolve pesquisa em história urbana.

Para José Barros, o estudo das cidades de qualquer época permite analisá-las de duas formas. A primeira, em sua organização interna (aspectos demográficos, econômicos, políticos, culturais, etc.), e a segunda, em um universo mais amplo (no caso das cidades medievais podemos utilizar o termo “localidade central” no estudo de seu desempenho externo).

Uma possibilidade para analisar a cidade como parte de um universo maior está em considerar o urbano dentro do sistema comercial. Para o caso das cidades medievais, boa parte delas era tão integrada ao circuito comercial de sua época, que autores, como Henri Pirenne, julgaram ser possível associar o crescimento comercial com o urbano, postura criticada por historiadores que examinaram outros fatores, como William Bark.

Dessa maneira, podemos observar que uma mesma cidade pode se mostrar como componente de vários sistemas diferenciados. Participar do circuito imaginário cristão não exclui a participação no circuito comercial ou no quadro de organização territorial gerido por um reino. Quem constrói o sistema e examina a cidade genericamente tratada em relação a um universo mais amplo, ou a interação entre várias cidades integrantes de uma série é o historiador.

Para o autor tratar da cidade no mundo feudal e feudalismo implica definir o que significa “Mundo Feudal” (ou sociedade Feudal) e “Feudalismo”.

Nas palavras de José Barros: “Foi de forma mais ampla que Marc Bloch tratou a *Sociedade Feudal* em sua obra [...]. A ‘Sociedade feudal’ corresponderia aqui àquilo que poderíamos tratar como um ‘sistema de civilização’ – no caso correspondente a um amplo território dentro do Ocidente Cristão da Idade Média central (séculos XI-XIV) que esteve associado a um determinado modo de vida, a um imaginário comum, a certas alternativas religiosas e a determinadas práticas comuns, que incluem o próprio ‘feudalismo’ enquanto um subsistema socioeconômico específico. [...] É ainda o próprio Marc Bloch quem recupera a evolução das palavras relacionadas a ‘feudalismo’. Até o início do século XVIII, ‘feudal’ – palavra que na sua forma latina remontava à própria Idade Média – conservava um valor estritamente jurídico. [...] Em determinado momento [...] o sentido desses vocábulos parece alargar-se para passar a designar um ‘estado de civilização.’ (BARROS, 2008, p. 291)

Após a análise de Marc Bloch, José Barros, apresentou o estudo marxista como outro ponto interpretativo para o período medieval. O conceito de *modo de produção* passa a ser importante. De acordo com o autor, os marxistas passaram a usar a expressão “Modo de produção feudal”. Assim, o feudalismo ganha também um conteúdo econômico.

Para Barros, é preciso entender, com base nas análises do historiador Jacques Le Goff, que a cidade e o burguês são indispensáveis ao bom andamento da sociedade rural. A importância se dá na necessidade do escoamento da produção que era feita pelos burgueses. Assim, a burguesia não seria estranha ao feudalismo.

Para Le Goff, na interpretação de Barros, não há motivos de conflitos entre os senhores e os burgueses. Desde que garantido seus direitos sobre os negócios. Os conflitos surgiam, geralmente, quando os senhores interferiam nos negócios e liberdades dos burgueses.





A cidade medieval aparece em diversos estudos relacionados a uma teoria que dividiu sua sociedade em três setores. A 'teoria da trifuncionalidade' buscava repartir os homens em três ordens de atividades essenciais: *oratore, belatore e laboratore*.

## FICHAMENTO PARA O QUARTO MÓDULO

BARROS, José D'Assunção. **Cidade Medieval e feudalismo – Um balanço da questão.** Publ. UEPG, Ponta Grossa, 16 (2): 289-300, dez. 2008.

### A posição da cidade Medieval dentro de um universo mais amplo

✓ No estudo das cidades de qualquer época podemos analisá-las de duas formas. A primeira em sua organização interna (aspectos demográficos, econômicos, políticos, culturais...) e a segunda seu desempenho em um universo mais amplo (no caso das cidades medievais podemos utilizar o termo "localidade central" no estudo de seu desempenho externo) (p. 290).

✓ "Uma possibilidade para o tratamento analítico da cidade como parte de algo maior está em enquadrar o fenômeno urbano dentro do sistema comercial. Particularmente para o caso das cidades medievais, boa parte delas era tão integrada ao circuito comercial de sua época, que alguns autores como Henri Pirenne (1925) julgaram ser possível associar linearmente crescimento comercial e crescimento urbano, no que foram posteriormente criticados por historiadores que examinaram outros fatores e motivações igualmente importantes para o urbanismo medieval." (p. 290).

✓ Outra possibilidade para o tratamento das cidades em campo mais amplo está no estudo da religião. Um circuito de ordens mendicantes pode ser um critério para "o historiador abordar uma série urbana como sistema". Outra possibilidade refere-se ao âmbito condal ou nacional, na qual as cidades podem se envolver (p. 290).

✓ "Conforme se nota, uma mesma cidade pode se mostrar simultaneamente como componente de vários sistemas diferenciados. Participar do circuito imaginário cristão não exclui a possibilidade de participação no circuito comercial hanseático, ou no quadro de organização territorial gerido pelo condado ou pelo reino.(...) Quem constrói o sistema, em alguns desses casos, é o próprio historiador, que examina ou a Cidade genericamente tratada em relação a um universo mais amplo, ou então a interação entre várias cidades integrantes de uma série (ou rede) examinada (...)." (p. 290).

✓ Sociedade Feudal, Feudalismo e Sistema Senhorial: uma digressão necessária.

✓ Para tratarmos da cidade no mundo feudal e feudalismo precisamos primeiro definir o que significa "Mundo Feudal" (ou sociedade Feudal) e "Feudalismo". Marc Bloch, em seu livro *A sociedade Feudal*, considerou que "sociedade feudal" corresponderia a um "sistema de civilização" que esteve associado a um determinado modo de vida, a um imaginário comum, a certas alternativas religiosas e a determinadas práticas comuns." Marc Bloch recuperou também a palavra feudalismo. Até o século XVIII feudal conservava um valor jurídico. "O feudo era um modo de posse de bens reais, e feudal relacionava-se não apenas ao feudo propriamente dito como também aos encargos próprios deste tipo de posse." (p. 291).

✓ "Marc Bloch observa que tanto boulanvilliers, como Montesquieu, eram contemporâneos da Monarquia Absoluta, e que por isto o uso da expressão 'feudal' como um 'regime social' específico esteve associado, a princípio, àquilo que mais impressionara aqueles autores na Sociedade Medieval: a 'fragmentação da soberania' entre uma multidão de senhores (BLOCH, 1987, P.12). Desta forma,

aquela expressão em cujo seu uso predominava o aspecto *jurídico*, passa a incorporar agora claramente um conteúdo *político*.” Assim, passa-se a valorizar no estudo do feudalismo suas relações descentralizadas da soberania medieval como práticas ‘feudo-vassálicas’ (p. 291/292).

✓ Abandonando a análise de Marc Bloch, José Barros, considera o estudo marxista como outro ponto de análise para o período medieval. O conceito de Modo de Produção passa a ser importante (p. 292).

✓ “‘Modo de Produção’ refere-se à base material através da qual o homem produz as condições de sua sobrevivência. O ‘modo de produção’ conjuga o que os fundadores do marxismo denominaram ‘forças de produção’ e relações de produção.” Para os marxistas, a história poderia ser explicada pela sucessão de modos de produção (p. 292).

✓ Os marxistas passaram a usar a expressão “Modo de produção feudal”. Assim, o feudalismo ganha também um conteúdo econômico (p. 292).

✓ “O ‘modo de produção feudal’ incluía, desta forma, tanto um sistema senhorial de exploração econômico-social, como conjunto de mecanismos feudo-vassálicos, através do qual se organizava e se hierarquizava a parcelarização do poder.” (p. 292).

✓ ‘Sociedade feudal’ tornou-se um conceito amplo que designava um ‘sistema de civilização’ que englobava o ‘feudalismo’. Outros autores sugeriram uma expressão mais ampla para englobar a religião e o burguês, mas seria um conceito extenso, segundo José Barros. Delineado o universo conceitual o autor passa a analisar o posicionamento da historiografia diante do fenômeno urbano (p. 293).

### A interação entre Cidade e Feudalismo

✓ Jacques Le Goff considera que cidade e feudalismo forma um sistema integrado do feudo com o burguês (p. 293).

✓ “Existem, portanto, uma gama bastante diversificada de assimilações de elementos senhoriais e feudais – e até vassálicos – às cidades medievais. (...) Por ora, gostaríamos apenas de mencionar o fato de que alguns historiadores, sobrevalorizando um ou outro destes aspectos feudais, perderam de vista a complexidade do fenômeno urbano e deixaram de examinar algumas das outras facetas da Cidade Medieval.” (p. 294).

✓ ‘Cidade antifeudal’ defendida no século XX pelo historiador Postam que afirmou que a cidade medieval eram ilhas não feudais nos mares feudais (p. 294).

✓ “A tendência historiográfica atual fica por conta das duas últimas posições atrás mencionadas. Considera-se hoje uma relação dinâmica entre a cidade e o feudalismo propriamente dito.” (p. 294).

### Cidade: sujeito e objeto de práticas feudo-senhoriais

✓ “A interação entre Cidade e Mundo Feudal pressupõe uma primeira ordem de questões que se referem aos aspectos senhoriais e feudais propriamente ditos. Que práticas senhoriais a cidade assimila, por um lado, e que práticas mais propriamente feudais ela incorpora?” O autor apresenta nas páginas seguintes diversas interpretações da historiografia (p. 294).

### Os grupos sociais envolvidos no intercâmbio entre Cidade e Feudalismo

✓ Questões relevantes para a historiografia do século XX: “em que medida os burgueses, aqui entendidos como camada superior da sociedade citadina, resistem às práticas feudais e ao domínio dos senhores urbanos. Ou, ainda, em que medida esta burguesia citadina se opõe ou tenta modificar este sistema global que o Materialismo Histórico denominou ‘modo de produção feudal’ ou ‘modo de produção senhorial’.” (p. 297).

✓ É preciso entender, com Le Goff, que a cidade e o burguês são indispensáveis ao bom andamento da sociedade rural. A importância se dá na necessida-





de do escoamento da produção que era feita pelos burgueses. Assim, a burguesia não era estranha ao feudalismo (p. 297).

✓ “O Mercado mostra-se aqui como uma necessidade feudal, tanto para as classes dominantes como para as classes dominadas do mundo rural. E a expansão comercial é uma necessidade (ou um desdobramento) da expansão feudal (pelo menos consoante os autores que se opuseram às teses de Henri Pirenne). As formações urbanas, lugares privilegiados para o mercado, tornam-se neste sentido imprescindíveis para um feudalismo que não cessa de se expandir e de produzir excedentes agrícolas.” (p. 297).

✓ Para Le Goff, não há motivos de conflitos entre os senhores e os burgueses. Desde que garantido seus direitos sobre os negócios. Os conflitos surgiam, geralmente, quando os senhores interferiam nos negócios e liberdades dos burgueses. Neste caso, o que se atacava era o direito do enriquecimento e o direito administrativo do burguês (p. 298).

### A cidade Triunfal

✓ A Sociedade Feudal desenvolveu três funções principais: Trabalho, Guerra e Religião (p. 298).

✓ “A ‘teoria da trifuncionalidade’ buscava repartir os homens em três ordens de atividades essenciais: *oratore, belatore e laboratore* (p. 298).

✓ Jacques Le Goff propôs uma avaliação trifuncional da Cidade Medieval em seu livro *O Apogeu da Cidade Medieval* (p. 299).

✓ “A cidade termina por incorporar, enfaticamente, cada uma destas três funções básicas: a Econômica, a Militar e a Religiosa. Metaforicamente, poderíamos propor a imagem de que a cidade ‘trabalha’, ‘guerreia’ e ‘ora.’” (p. 299).

## ATIVIDADE SEMANAL

### Questão

**Tema:** Definições necessárias no estudo da Idade Média

Com base no texto de José D’Assunção Barros, apresente a definição de ‘modo de produção’ e como esse conceito passou a ser aplicado na Idade Média.

**Texto-referência:**

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

Nesta aula daremos início à nossa segunda unidade, que tem por título *A Igreja e a cultura medieval*. O texto base para a nossa quinta aula é o segundo capítulo do livro: *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*, de autoria do historiador André Vauchez.

André Vauchez é um historiador francês especialista em história da santidade e da espiritualidade medieval. Foi professor na Universidade de Paris IV e Paris X, Nanterre. Em 1991 foi nomeado membro do Instituto Universitário da França.

Para Vauchez, o Século X pode ser caracterizado pela influência exercida pela espiritualidade monástica sobre o povo cristão. Na política, o ano 1000 marca a dissolução do sistema carolíngio e a emergência das novas instituições feudo-vassálicas. Muitos mosteiros, confiados a abades leigos, caíram em decadência. Entretanto, foi o *monaquismo* que resistiu melhor a essa grave crise, que ameaçava a própria existência da Igreja.

O autor considera que, até o século XIII, todos os movimentos espirituais da Igreja tinham como ponto de partida ou de chegada a fundação de ordens religiosas. A aristocracia leiga e o clero (representados pelos monges) viveram em constante simbiose.

De acordo com o autor: Do encontro entre senhores e Igreja nasceu uma espiritualidade monástica e feudal que marcou a vida religiosa da sociedade ocidental até o século XII e cujos efeitos foram sentidos até o fim da Idade Média. Diferente das análises econômicas apresentadas na primeira unidade, podemos perceber, neste ponto, a opção metodológica do autor relativa à história das mentalidades fixada na longa duração do imaginário coletivo.

Na análise do autor os séculos X e XI, predominavam a regra de São Bento entre os monges do ocidente. O mosteiro era o local da prece, lugar por excelência para adorar a Deus. Nem sempre foi assim; foi no período carolíngio que a função da oração tornou-se característico no *monaquismo*.

O significado da liturgia exuberante pode se compreendido se considerarmos a prece monástica como uma arma. O monge se servia dela para combater as tentações e evitar o diabo, mas também realizavam pedidos. Dessa forma, o mosteiro se tornava uma antecipação do paraíso, um pedaço do céu sobre a terra.

Segundo Vauchez, o ideal monástico exerceu sobre todos, mesmo nos homens mais rudes, uma grande fascinação. Notamos a opção pela história das mentalidades e a estrutura mental do universo coletivo que se propaga na longa duração. Nos séculos X e XI a ideia de incompatibilidade entre a vida mundana e a vida religiosa começou a se impor no universo espiritual do ocidente. As noções ascéticas [que se referem à renúncia do prazer] ganhou espaço entre o clero secular. A "pureza" passou a ser reforçada na eucaristia e a castidade absoluta se fez necessária aos monges.

Nos mosteiros, a ascese continuava na tentativa de aproximação com Deus, nos mosteiros beneditinos baseava-se em dois aspectos: renúncia aos prazeres e a luta contra as tentações. O segundo aspecto tomou maior importância ao longo do século XI, no momento em que a crença na realidade física do diabo crescia.

Os leigos foram tomados por essa mentalidade monástica e mesmo aqueles que não conseguiam entrar em um mosteiro tornavam-se eremitas em uma tentativa de se consagrar a Deus em um ascetismo exagerado. Novamente percebemos a influência da História das Mentalidades.

De acordo com Vauchez, o estilo de vida heroico era o ideal cristão na época feudal. Caracterizados por esforços seja dos monges, dos eremitas, peregrinos e



no ato de dar esmolas[longas viagens eram manifestações ascéticas]. A santidade passava a ser possível por meio de duros esforços.

Para André Vauchez, até o século XIII os fiéis considerariam como santo todo homem ou mulher que renunciasse à vida mundana em uma existência de privações e renúncias. Inspirado na espiritualidade monástica. Todavia, em um mundo marcado pela disputa entre o bem e o mal a edificação do reino de Deus marcava possibilidades aos fiéis, principalmente aos combatentes. A cruzada, como *Opus Dei* [obras de Deus], conferia um papel ativo dos guerreiros na Igreja, oferecendo aos cavaleiros uma forma ativa de participar das graças da salvação sem a necessidade de abrir ao seu estado e seus valores próprios. As cruzadas marcaram uma nova religiosidade. Dessa maneira, a vida monástica sai desvalorizada enquanto o combate pela fé e o serviço ao próximo tornavam a tarefa do cristão.

## FICHAMENTO DO QUINTO MÓDULO

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

### Capítulo II – *A Idade Monástica e Feudal* (final séc. X – séc. XI)

O Século X pode ser caracterizado pela influência exercida pela espiritualidade monástica sobre o povo cristão. Na política, o ano 1000 marca a dissolução do sistema político carolíngio e a emergência das novas instituições feudo-vascárias (p. 31).

“A Igreja dos tempos carolíngios era uma Igreja antes de tudo secular, dirigida pelo soberano e pelos bispos, que tinham autoridade sobre os monges no interior das dioceses. Depois das grandes alterações produzidas no Ocidente entre o fim do século IX e meados do século X, a ordem sacerdotal caiu em profunda decadência. O processo de secularização, já iniciada no século IX, se acelerou com a ascensão do feudalismo.” (p. 31).

“Os mosteiros também foram atingidos por essa evolução. Muitos deles, confiados a abades leigos ou explorados por administradores sem escrúpulo, não escaparam à decadência. Mas foi mais uma vez o monaquismo que resistiu melhor a essa crise grave, que ameaçava a própria existência da Igreja com o risco de dissolução, simultaneamente pela secularização do clero e pela difusão do sistema da igreja privada.” (p. 32).

A nova sociedade que se organizou no âmbito feudal adotou a ideologia das três funções (*os oratores, os bellatores e os laboratores*). “na nossa perspectiva, é mais interessante observar que essa classificação consagra a utilidade social da prece, indispensável para assegurar a sobrevivência e a salvação do mundo.” (p. 33).

O esquema tripartite deveria beneficiar os monges que eram quem mais orava: “até o século XIII, todos os movimentos espirituais no seio da Igreja teriam como ponto de partida ou de chegada a fundação de ordens religiosas.” (p. 31).

A aristocracia leiga e o clero(monges) viveram em constante simbiose. Os ritos se confundiam, o próprio gesto de unir as mãos em oração, generalizado nos séculos X e XI, reproduz a homenagem do vassalo para seu senhor. Os Mosteiros e as abadias foram destinos de filhos e filhas mais novos de nobres. A Igreja considerava que a nobreza favorecia a santidade, pois teriam menor chance de se degenerar. Assim, percebemos os laços que uniam senhores e o claustro (p. 34-35).

“Desse encontro[senhores e igreja], nasceu uma espiritualidade simultaneamente monástica e feudal, que marcou a vida religiosa da sociedade ocidental de maneira exclusiva até o começo do século XII, e cujos efeitos se fariam sentir até o fim da Idade Média.” (p. 35).

### **A Espiritualidade monástica**

“Nos séculos X e XI, todos os monges do Ocidente seguiam a regra de São Bento, de modo que era possível falar do monaquismo como de uma entidade. [...] Mas era a regra beneditina, venerada e intocável, que fixava os grandes princípios e as formas da vida religiosa.” (p. 35).

### **Prece e liturgia: o exemplo de Cluny**

O mosteiro era o local da prece, lugar por excelência para adorar a Deus. Nem sempre foi assim, foi no período carolíngio que a função da oração tornou-se característico no monaquismo. “Coube à primeira idade feudal, e em particular a Cluny, levar essa tendência até suas consequências extremas.” Cluny é um mosteiro fundado em 910, na Borgonha. Para Vauchez, o mosteiro de Cluny é “a expressão mais autêntica das aspirações espirituais da sociedade feudal.” (p. 36).

Os monges de Cluny eram beneditinos como os demais, porém, tinham uma organização própria, que extrapolava até mesmo os ensinamentos de São Bento. Recitava-se, em Cluny, 215 salmos por dia, enquanto a orientação de São Bento era de 40 (p. 36).

Rituais e missas em exagero em Cluny. “Tudo isso contribuía para criar um ambiente sagrado que, pelo fausto das celebrações, deveria permitir à alma ter acesso direto ao sobrenatural.” Não negavam a prece individual, mas a oração coletiva continuava a ser o essencial (p. 37).

O significado da liturgia exuberante pode se compreendido se considerarmos a prece monástica como uma arma. O monge se servia dela para combater as tentações e evitar o diabo, mas também realizavam pedidos. “O mosteiro era também o lugar onde se adquiriam, pela prece, graças sobrenaturais que jorravam sobre toda a sociedade” (p. 38-39).

### **Vida angélica e desprezo pelo mundo**

“O mosteiro, onde se praticava uma observância regular, se tornava uma antecipação do paraíso, um pedaço do céu sobre a terra” (p. 39). Abades como Guilherme de Volpiano e São Pedro Damião tentaram fazer do claustro uma sociedade perfeita (p. 40).

Repletos de desejo de perfeição e proximidade com o divino: “No seio das abadias constituiu-se assim uma nova aristocracia espiritual, pouco diferente em seu recrutamento daquela que, na mesma época, impunha a sua autoridade aos humildes no seio da sociedade profana.” Surge uma aristocracia espiritual dentro dos mosteiros (p. 41).

“Fazer-se monge era simultaneamente voltar ao estado original de perfeição e antecipar a vida futura; era também refutar o mundo, para edificar o homem novo, chamado a tomar lugar junto a Deus.” (p. 41).

“Repudiando o mundo terrestre, a espiritualidade monástica do século XI de certa forma projetou o mal para fora do homem, para situá-lo nas coisas, conferindo-lhe assim uma realidade objetiva e premente. Longe de anular o inimigo, ela apenas reforçou o seu domínio sobre os espíritos.” (p. 43).

“Enfim, na prática, nem os monges nem mesmo os eremitas que pareciam, entretanto, ter praticado ao pé da letra o desprezo pelo mundo, não eram totalmente estranhos ou hostis às realidades humanas. [...] As abadias da época feudal não se isolaram da vida social [...]. A espiritualidade cluniana, por outro lado, não exigia do homem que renunciasse a si mesmo, mas que consagrasse a sua vida ao serviço de Deus.” (p. 44).

### **A influência da espiritualidade monástica**

O ideal monástico exerceu sobre todos os espíritos do tempo, mesmo nos homens mais rudes, uma grande fascinação. Notamos a opção pela história das mentalidades e a estrutura mental do universo coletivo que se propaga na longa duração (p. 45-46).



## **Vida profana e vida religiosa**

No século X e XI a ideia de incompatibilidade entre a vida mundana e a vida religiosa começou a se impor no universo espiritual do ocidente. As noções ascéticas [renúncia do prazer] ganhou espaço entre o clero secular. A “pureza” passou a ser reforçada na eucaristia e a castidade absoluta se fez necessária aos monges. [Nicolaismo: os que defendem o casamento do clero] (p.46).

O papa Gregório VII (papa entre 1073 e 1085) fixou o novo modelo de vida dos clérigos, que ficou conhecida como reforma gregoriana. O novo modelo de padre deveria ser a imagem de Cristo e a castidade necessitava predominar em seu ofício. Estipulou, desta forma, três aspectos fundamentais na vida de um religioso: vida comum, serviço litúrgico e castidade (p. 46-47).

De acordo com André Vauchez, a difusão da espiritualidade monástica permitiu a separação acentuada entre o mundo religioso e os leigos. O laicato passou a ser visto como inferior, excluído do universo do sagrado e da cultura erudita (p. 47).

André Vauchez, em sua análise, considera que os leigos aderem aos valores do monaquismo, o que traduz o despertar de uma consciência religiosa naqueles que antes não conheciam nenhuma realidade religiosa. O imaginário coletivo que influenciou clérigos e leigos. História das mentalidades (p. 48).

## **O combate espiritual**

A vida religiosa apresentada como um combate ao antigo inimigo a vida profana. Essa maneira de encarar o mundo em um conflito entre o bem e o mal não era uma novidade, mas coube à primeira idade feudal fazer dele o eixo da vida de toda uma sociedade. Como mostra as esculturas de Mossaic e os afrescos de Tavant. Novamente, o imaginário coletivo da história das mentalidades (p. 51).

Nos mosteiros a ascese continuava na tentativa de aproximação com Deus, nos mosteiros beneditinos baseava-se em dois aspectos: renúncia aos prazeres e a luta contra as tentações. O segundo aspecto tomou maior importância ao longo do século XI, no momento em que a crença na realidade física do diabo crescia (p. 52).

Os leigos foram tomados por essa mentalidade monástica e mesmo aqueles que não conseguiam entrar em um mosteiro tornavam-se eremitas, como tentativa de se consagrar a Deus em um ascetismo exagerado. História das Mentalidades (p. 52).

Tendências de espiritualidade comuns no período feudal para Vauchez: estilo de vida heroico é o ideal cristão na época feudal. Caracterizados por esforços seja dos monges, dos eremitas, peregrinos e no ato de dar esmolas [longas viagens eram manifestações ascéticas]. A santidade passava a ser possível por meio de duros esforços.

Em resumo: a aquisição de méritos pela privação e sacrifício, esse era o entendimento do homem medieval para ter a remissão de seus pecados. [p. 54] [essa seria a mentalidade coletiva] (p. 53).

## **Deus presente na história**

Fontes dos historiadores para os séculos XI e XII são as crônicas monásticas (p. 55).

## **Da Reforma à Cruzada: rumo a uma espiritualidade da ação**

O papa Gregório VII, no século XI, passou a lutar contra o concubinato do clero e pela liberdade da Igreja frente ao Imperador germânico. Reforma gregoriana (p. 57).

Reforma gregoriana desejava uma entidade político-religiosa que ficou conhecida como cristandade (p. 58).

Gregório VII ultrapassa a noção monástica, na qual a salvação estava no sofrimento ascético, para defender que os cristãos precisavam tomar a frente pela



reforma da Igreja e da sociedade. Desta maneira, a vida monástica sai desvalorizada enquanto o combate pela fé e o serviço ao próximo tornavam a tarefa do cristão (p. 59).

A reforma gregoriana coincidiu com a ascensão do feudalismo em muitos países do ocidente (p. 59).

Ao longo dos séculos X e XI tentativas de cristianizar a *militia* [serviço militar] ocorreram. Rituais religiosos foram criados envolvendo os cavaleiros. Assim, a sacração dos cavaleiros criava o dever do rei carolíngio em defender a Igreja. No contexto feudal essa obrigação passava para os donos da terra e detentores de poder, os senhores. “A cavalaria tornava-se a forma cristã da condição militar” (p. 60).

Para André Vauchez, até o século XIII, os fiéis considerariam como santo todo homem ou mulher que renunciasse à vida mundana em uma existência de privações e renúncias. Inspirado na espiritualidade monástica (p. 61).

Todavia, em um mundo marcado pela disputa entre o bem e o mal a edificação do reino de Deus marcava possibilidades aos fiéis, principalmente aos combatentes. A cruzada como *opus Dei* [obras de Deus] conferia um papel ativo dos guerreiros na Igreja, oferecendo aos cavaleiros uma forma ativa de participar das graças da salvação, sem a necessidade de abrir ao seu estado e seus valores próprios. As cruzadas marcam uma nova religiosidade (p. 63).



## Texto-referência:

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 239-259).

Nesta aula daremos sequência à nossa segunda unidade denominada *A Igreja e a cultura medieval*. Analisaremos a representação de Satã no imaginário medieval. Usaremos como texto base o sétimo capítulo, intitulado Satã, do livro *História do medo no Ocidente 1300 a 1800*, de autoria de Jean Delumeau, publicado no Brasil pela Editora Companhia das Letras.

Jean Delumeau é historiador francês, nascido em Nantes, no ano de 1923. É especialista em estudos sobre a história da Igreja Católica. Publicou diversos trabalhos referentes a essa temática. Atualmente, é professor emérito no *College de France*.

Para o autor, o diabo era pouco reproduzido nos anos anteriores ao século XI. Todavia, ao longo dos séculos XI e XII, surgiu a primeira grande 'explosão diabólica' no ocidente. Esculturas e pinturas sobre o diabo apareceram nas Igrejas europeias. Todavia, a imagem do diabo dos séculos XI e XII assusta, mas são por algumas vezes, tanto ridículas e divertidas quanto terríveis. O momento do grande medo do diabo vai se estender pelo século XIII e XIV e a marca dessa mudança foi a obra de Dante Alighieri *A divina comédia*.

As representações sobre o inferno surgem em Igrejas da Europa. Podemos citar o trabalho do artista Taddeo di Bartolo, em uma pequena igreja em San Gimignano, Itália. Nos diversos compartimentos da representação do inferno desse artista o demônio aparece impedindo os glutões de comer, chicoteando os adúlteros e cravando estacas em mulheres que foram levianas. Vamos observar os afrescos de Taddeo di Bartolo.



Imagem disponível em:

[http://it.wikipedia.org/wiki/Taddeo\\_di\\_Bartolo](http://it.wikipedia.org/wiki/Taddeo_di_Bartolo). Acessado em 28/06/2011

Nesta imagem, percebemos que o diabo está colocando estacas afiadas nos corpos das mulheres que foram levianas. Neste outro afresco notamos o diabo impedindo os glutões de se alimentarem.



Imagem disponível em:

[http://it.wikipedia.org/wiki/Taddeo\\_di\\_Bartolo](http://it.wikipedia.org/wiki/Taddeo_di_Bartolo). Acessado em 28/06/2011.

Para Jean Delumeau, o medo do diabo, autor da loucura e ordenador dos paraísos artificiais, como o carnaval, esteve associado à mentalidade comum. Podemos observar nesse momento a opção metodológica relativa à História das Mentalidades. O medo do diabo invadiu o imaginário protestante. Martinho Lutero acreditava que o fim do mundo era iminente, essa era explicação para a virulência de satã.

O teatro e a imprensa difundiam o medo e o deleite pelo diabo na Alemanha. Nas encenações, o diabo desprezava a água benta, o sal consagrado e a bênção do papa. Publicava-se à época livros contendo histórias satânicas para a população. No entanto, foi no começo da Idade Moderna, e não na Idade Medieval, que o inferno e seus demônios dominaram a imaginação dos homens no ocidente.

Nos séculos XVI e XVII, o medo do demônio já estava consolidado na Europa. Com isso, foram publicadas diversas obras acerca do diabo e suas funções. Duas representações de demônios coexistiam: uma popular e outra elitista. Na representação popular: Os documentos judiciais da Lorena e Jura demonstravam que, muitas vezes, os demônios eram conhecidos por outros nomes (Robin, Pierasset, Greppin...) e a cor negra não era atribuída a eles. Eles eram ligados, muitas vezes, a divindades antigas da floresta do Jura. O que dava um caráter de proximidade com os populares.

Por sua vez, a cultura erudita tentou desmascarar o diabo no início da Idade Moderna, demonstrando que todos eles eram ruins. Essa foi a tarefa também de Santo Agostinho, em *A cidade de Deus*, livro IX. As pessoas instruídas viam-se com a missão de fazer conhecer os verdadeiros propósitos de demônio. Era preciso desmascarar o demônio.

Desta maneira, a terra passou a ser o local de domínio do diabo, conhecido como príncipe deste mundo.

Todavia, para Delumeau, os poderes do diabo também decepcionam. A convicção que o demônio fabrica ilusões para enganar os homens atravessou a literatura da Renascença. Assim, o diabo pode usar de enganações para fazer parecer que realiza prodígios.

## FICHAMENTO DO SEXTO MÓDULO

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 239-259).



## Capítulo 7 – Satã

### Ascensão do Satanismo

p. 239 – O diabo era pouco reproduzido nos anos anteriores ao século XI. Todavia, ao longo dos séculos XI e XII surge a primeira grande ‘explosão diabólica’ no ocidente. Esculturas e pinturas sobre o diabo aparecem nas Igrejas. [mosaic, Vézelay e Saint-Bemôit-sur-loire.]

p. 240 – A imagem do diabo dos séculos XI e XII assusta, mas são por algumas vezes ridículos e divertidos quanto terríveis. A hora do grande medo do diabo vai se estender pelos séculos XIII a XIV. A marca dessa mudança é a obra de Dante Alighieri, *A divina comédia*.

p. 241 – representações sobre o inferno surgem. Taddeo di Bartolo em pequena igreja em San Gimignano, Itália.]

p. 241 – Nos diversos compartimentos da representação do inferno o demônio aparece impedindo os glutões de comer, chicoteiam os adúlteros, cravam estacas em mulheres que foram levianas.

p. 241 – Na França no século XV, *As très riches heures du duc de Berry* também mostram o interior do inferno com detalhe retirado da Visão de Tungdal. Lúcifer gigante que se alimenta da alma dos condenados.

Satanismo, Fim do mundo e mass media da Renascença

p. 243 – O medo do diabo, autor da loucura e ordenador dos paraísos artificiais, como o carnaval, esteve associado à mentalidade comum. História das Mentalidades.

p. 244 – O medo do diabo invadiu o imaginário protestante. Martinho Lutero acreditava que o fim do mundo era iminente, essa era explicação para a virulência de satã.

p. 245 – O teatro e a imprensa difundiam o medo e o deleite pelo diabo na Alemanha. Nas encenações, o diabo desprezava a água benta, o sal consagrado e a benção do papa.

p. 247 – Foi no começo da Idade Moderna, e não na Idade Medieval, que o inferno e seus demônios dominaram a imaginação dos homens no ocidente.

p. 247 – Nos séculos XVI e XVII, o medo do demônio já estava consolidado na Europa e, com isso, diversas obras acerca do diabo e suas funções eram publicadas.

### O príncipe deste mundo

p. 248/249 – Duas representações de demônios coexistiam. Uma popular e outra elitista.

A popular: Os documentos judiciário da Lorena e Jura demonstram que muitas vezes os demônios eram conhecidos por outros nomes (Robin, Pierasset, Greppin...) e a cor negra não era atribuída a eles. Eles eram ligados, muitas vezes, a divindades antigas da floresta do Jura. O que dava um caráter de proximidade com os populares.

p. 249 – No entanto, a cultura erudita tentou desmascarar o diabo no início da Idade Moderna, demonstrando que todos eles eram ruins. Essa foi a tarefa também de Santo Agostinho no livro *A cidade de Deus*, livro IX.

p. 251 – A terra passou a ser o local de domínio do diabo, conhecido como príncipe deste mundo.

### As decepções diabólicas

p. 256 – A convicção que o demônio fabrica ilusões para enganar os homens atravessou a literatura da Renascença. Assim, o diabo decepciona, pois ele pode usar de enganações para fazer parecer que realiza prodígios.

**ATIVIDADE SEMANAL**

Observe a imagem:



Com base no texto de Jean Delumeau, analise a imagem acima, considerando as características da representação do diabo no século XIV.

**Texto-referência:**

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo. Século XII-XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. (p.17-48).*

Nesta sétima aula estudaremos o último texto da nossa segunda unidade, *A Igreja e a cultura medieval*. Daremos sequência ao estudo do imaginário demoníaco ao longo da Idade Média. Utilizaremos como texto base o primeiro capítulo intitulado *Satã entra em cena*, do livro *Uma história do diabo*, de autoria de Robert Muchembled.

Robert Muchembled é um historiador francês, nascido em 1944. Foi professor na École Normale Lille III, Universidade de Lille III e, atualmente, é professor na universidade Paris XIII.

De acordo com Robert Muchembled, nenhum indício é inútil para o estudo de uma civilização. E nada parece mais contrário à reflexão histórica do que analisar separadamente os diversos planos de existência humana. Isolar a religião do domínio político levaria a uma mutilação dos sentidos. Dessa maneira, o autor justifica o interesse e a importância de estudar a figura do demônio. Para ele, elementos da imagem diabólica existiam há muito tempo, mas foi por volta dos séculos XII e XIII que a imagem de satã alcançou lugar decisivo nas representações, antes de desenvolver um imaginário terrível no final da Idade Média.

A invenção do diabo e do inferno não é somente um fenômeno religioso; marca também o nascimento de uma concepção compartilhada entre o papa e os grandes reinos. A imagem do diabo forneceu um impulso de vitalidade ao Ocidente. Muchembled relacionou, assim, o *outono da Idade Média* sob o aspecto da *primavera da modernidade*, pois novas concepções de Igreja e de Estado seriam experimentadas. Essa concepção do autor é influenciada pela obra de J. Huizinga e Philippe Wolff, autores que estudaremos nas próximas aulas.

Não é o demônio que produz essa nova relação, mas os homens que criam a imagem de satã e que inventam um ocidente diferente do passado. No primeiro milênio cristão, o diabo passou sem ser percebido, pelo menos nas artes, o que demonstra pouco interesse por ele na sociedade daquele momento.

No entanto, a imagem de Lúcifer como rei do inferno surgiu no fim da Idade Média. Os próprios teólogos tinham dificuldade em relacionar o satanismo do velho testamento com o do novo testamento. Para o autor, definir a figura diabólica ente o bem ou o mal seria algo falso, mas essa parece ter sido a noção do Oriente Médio e da Europa no último milênio.

A história do diabo no Ocidente é composta por diversas mutações em supostas características. No entanto, sua imagem se insinuou no seio da vida monástica da Idade Média, ganhando vigor, mas a imagem não era tão apavorante como podemos perceber no relato do monge Raoul Glaber, que disse ter encontrado com o diabo. Na narrativa do monge, o diabo aparece como um homem transviado, deformado, sem odores ou olhar marcante. Aparece como o mal encarnado, e não como o rei dos infernos.

A imagem do diabo antes do fim da Idade Média era variada. O cristianismo, com seu desejo unificador, incorporou elementos cuja origem histórica e geográfica não conseguimos localizar. O diabo, desta maneira, assumiu diversas aparências. Tornou-se um animal, misturando uma tradição judaico-cristã e os deuses associados a formas vivas dos pagãos.

Do deus Pã, a representação do diabo parece ter tirado sua imagem física, como os chifres, pelugem de bode, falo desmesurado e o grande nariz. Até o século XII, o mundo era demasiado encantado para permitir a Lúcifer ocupar todo o espaço do medo, do temor ou da angústia. O diabo possuía muitos concorrentes, o que o impedia de reinar absoluto, ainda mais porque o teatro do século XII fazia dele uma imagem de paródia.



Muchembled considerou que o aumento do poder de Lúcifer no imaginário europeu não foi devido apenas as mutações religiosas. Traduz um movimento de conjunto do ocidente, de símbolos constitutivos de uma nova identidade coletiva. Podemos perceber, nesse momento, uma referência à História das Mentalidades. Ao longo dos séculos XIV e XV, o Ocidente se projetou para fora, com as Cruzadas e a descoberta da América. E é nesse momento que a imagem do diabo se inscreve com mais força.

A imagem do diabo passa a ser a antítese daquele ser ideal, criado para seguir os caminhos de Deus. Após ter sido representado como um homem deformado, o demônio se apresentou como uma potência inumana, um rei tirânico, mas também como um ser inapreensível, capaz de encarnar-se em um animal ou híbrido, apto a introduzir-se em todo e qualquer corpo vivo.

Essa imagem sobre-humana de satã foi produzida e difundida pelos doutos, escritores e eclesiásticos em seus sermões. Satã se tornou tão monstruoso, tão bestial, que o fato de imaginá-lo podendo deslizar para o interior de qualquer ser devia produzir um sentimento de extrema angústia e levar a lutar para mantê-lo o mais longe possível de si. Essa relação bem e mal faz pensar que o homem contém em si espaço de confronto entre essas duas categorias. E, por isso, o demônio poderia invadir o corpo e torná-lo seu semelhante. O diabo deixou de ser um homem decaído para tornar-se uma fera escondida nas entranhas do pecador e, ao mesmo tempo, o terrível soberano infernal.

## FICHAMENTO DO SÉTIMO MÓDULO

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história do diabo**. Século XII-XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. (p.17-48).

### Satã entra em cena

Séculos XII-XV

p. 17 – Nenhum indício é inútil para o estudo de uma civilização, de como ela perdura ou se mantém agregada. E nada parece mais contrário à reflexão histórico do que tentar analisar separadamente os diversos planos de existência humana.

p. 18 – Isolar a religião do domínio político levaria a uma mutilação dos sentidos.

p. 18 – elementos da imagem diabólica existia há muito tempo, mas foi por volta do século XII e XIII que a imagem de satã alcançou lugar decisivo nas representações, antes de desenvolver um imaginário terrível no final da Idade Média.

p. 18 – A invenção do diabo e do inferno não é somente um fenômeno religioso, marca também o nascimento de uma concepção compartilhada entre o papa e os grandes reinos. A imagem do diabo fornece um impulso de vitalidade no Ocidente. “O outono da Idade Média é, sob este aspecto, a primavera da modernidade, pois são experimentadas concepções novas de Igreja e de Estado, das quais decorrem formas inéditas de controle social das populações”.

p. 18 – Não é o demônio que produz essa nova relação, mas os homens que criam a sua imagem e que inventam um ocidente diferente do passado.

p. 19 – No primeiro milênio cristão, o diabo passou sem ser percebido, pelo menos nas artes, o que demonstra pouco interesse no demônio na sociedade daquele momento.

p. 19 – A imagem de Lúcifer como rei do inferno surge no fim da Idade Média. Os próprios teólogos tinham dificuldade em relacionar o satanismo do velho testamento com o do novo testamento.





## Bons e maus anjos

p. 21 – Para o autor definir a figura diabólica ente o bem ou o mal seria algo falso, mas essa parece ter sido a noção do Oriente Médio e da Europa no último milênio.

p. 21 – A história do diabo no Ocidente é composta por diversas mutações em supostas características.

p. 22 – No entanto, sua imagem se insinuou no seio da vida monástica da Idade Média, ganhando um vigor novo.

p. 22 – “Antes de a arte romana e as cidades adquirirem maior poder, Lúcifer não tinha canais de transmissão para invadir toda a sociedade”. Essa noção tornou-se mais comum por volta do ano 1000 com a ideia de uma luta entre o bem e o mal no fim do milênio, mas a imagem não era tão apavorante como podemos perceber no relato do monge Raoul Glaber que disse ter encontrado com o diabo.

p. 23 – Nesse relato, o diabo aparece como um homem transviado, deformado sem odores ou olhar marcante; aparece como o mal encarnado não como o rei dos infernos.

p. 24 – “Não é surpreendente descobrir descrições numerosas e muito variadas do demônio na Europa até os séculos XII ou XIII. As culturas que dividem entre si o continente possuem ainda, na época, traços específicos muito vivos, que o cristianismo não conseguiria facilmente recobrir com um manto de uniformidade. Povos mediterrâneos, celtas, germânicos, eslavos e escandinavos sofrem, em graus variáveis, uma penetração das ideias cristãs, a que se seguem reformulações parciais de suas tradições anteriores, no novo horizonte que se impõe.” Para o autor, a noção do cristão do diabo recebe influência do folclore. Atribuindo traços celtas de empréstimo como de Cernunnos, divindade da fertilidade.

p. 25 – O diabo assumia diversos nomes na bíblia e na literatura, principalmente, na Europa. Satã, Lúcifer, Asmodeu, Belial ou Belzebu. “Muitos deles designavam demônios menores, não raro herdeiros de pequenos deuses dos tempos do paganismo.”

p. 25 – “Um poderoso veio cultural, de familiaridade com o sobrenatural, atravessa assim toda a Idade Média. O diabo dos teólogos, uma ficção sem maior graça, encontrava-se frequentemente encoberto por imagens bem mais concretas, mais locais, de pequenos demônios quase semelhantes aos seres humanos.”

p. 25 – A imagem do diabo antes do fim da Idade Média era variada. O cristianismo com seu desejo unificador incorporou muitos elementos, cuja origem histórica e geográfica não conseguimos localizar. “Pode-se falar, mais corretamente, de uma luta milenar do cristianismo contra as crenças e práticas pagãs, das quais certos núcleos duros resistem a uma destruição total, mas são lentamente assimilados, recobertos com um novo véu, reorientados para um contexto diferente, conservando seu particular poder de evocação.”

p. – 26 – “O diabo assume, com isso, aparências inumeráveis. Tornando animal, ele hesita entre a tradição judaico-cristã e os deuses associados a formas vivas dos pagãos.” O bode geralmente associado ao demônio deve sua representação à associação com Pã e Thor.

p. – 26/27 – Do deus Pã o diabo parece ter tirado sua representação física, como os chifres, pelugem de bode, falo desmesurado e o grande nariz.

p. 27 – Descrição do diabo: “O concílio de Toledo, em 447, o descrevia como um ser grande e negro, com garras, orelhas de asno, olhos faiscantes e dentes rangentes, dotado de um falo enorme e espalhando um odor de enxofre.”

p. 27/28 – “Capaz de estar em toda parte ao mesmo tempo, o demônio preferia, contudo, determinados locais e determinados momentos. A noite era seu reino, em oposição à luz divina brilhando sobre a terra. Lugares desolados e frios, animais noturnos estavam por isso mesmo diretamente ligados a ele. Das quatro direções, o norte, domínio do frio e da obscuridade, era a sua preferida.”

p. 28 – As igrejas estão orientadas para o leste, assim, ao entrar nela o norte

está a esquerda. A esquerda passa a ser o lado do diabo.

p. 31 – “Porém até o século XII, o mundo era demasiado encantado para permitir a Lúcifer ocupar todo o espaço do medo, do temor ou da angústia. O pobre diabo tinha concorrentes demais para reinar absoluto, ainda mais porque o teatro do século XII fazia dele uma imagem de paródia ou francamente cômica, retomando o veio popular referente ao mau ludibriado.”

p. 31 – “A figura do diabo adquiriu, de fato, importância crescente a partir do século XIII. [...] Lúcifer cresce no momento mesmo em que a Europa procura maior coerência religiosa e inventa novos sistemas políticos, preludiando o movimento que vai projetá-la para fora de si, na conquista do mundo, no século XV.

### **Causar medo: uma obsessão diabólica em fins da Idade Média.**

p. 32 – O aumento do poder de Lúcifer no imaginário europeu não seria devido apenas a mudanças religiosas. Traduzia um movimento de conjunto do ocidente. Símbolos constitutivos de uma nova identidade coletiva. Referência à História das Mentalidades.

p. 33 – Os séculos XIV e XV são os momentos do Ocidente de projetar para fora de si, com as cruzadas e a descoberta da América. “Longe de constituir um fato isolado, a mutação de uma imagem do diabo inscreve-se neste dinâmico campo de ação.”

p. 33 – “A escultura romana dos séculos XI e XII encarna satã sob diversas formas humanas e animais. Ele deixa a abstração teológica para tornar-se devorador de homens, vassalo traidor ou besta do *Apocalypse* de Saint-Server.”

p. 34 – “A acentuação de traços negativos e maléficos do demônio pode ser realmente assinalada a partir do século XIV, porque o fio da história assim contada não se limita mais ao estreito mundo monástico, mas se entretete cada vez mais profundamente na trama de universos laicos em que se coloca concretamente o problema do poder, da soberania, das formas de dependência. O discurso sobre satã muda de dimensão no momento mesmo em que se esboçam teorias novas sobre a soberania política centralizada, diante das quais o universo das relações feudais e vassálicas cede lentamente.”

p. 35 – Imagens infernais do diabo se propagam, principalmente, na Itália. Na Toscana na Igreja de São Germiniano podem ser notado pelos afrescos de Taddeo di Bartolo em 1396.

p. 35 – “[...] a encenação satânica e a pastoral que a ela se reporta desenvolvem a obediência religiosa, mas igualmente o reconhecimento do poder da Igreja e do Estado, cimentando a ordem social com o recurso a uma moral rigorosa.”

p. 36 – Permite-se, então, uma associação do Estado, monarca, que maneja um arsenal para em nome de Deus.

p. 37 – “A Europa inventa instrumentos para sua futura dominação do mundo, abandonando o peso do universo encantado e produzindo um modelo social fundamentalmente hierárquico, em torno de um Deus ainda mais poderoso que o terrível Lúcifer. Um modelo capaz de adaptar-se infinitamente a todas as esferas da atividade humana, para apropriar-se do poder da inculpação individual e dele fazer uma arma de desenvolvimento coletivo.”

p. 39 – “Enquanto Raoul Glaber ou os escultores góticos imaginavam o Maligno como um ser disforme, as pessoas da Idade Média tardia o empurram resolutamente para fora de sua esfera humana, em direção a um universo animal tornado mais inquietante a partir do século XII”.

### **O Maligno e a Fera**

p. 41 – “A imagem remodelada do demônio constituía, igualmente, a antítese daquele ser ideal, criado para seguir os caminhos de Deus.”

p. 42 – O século XII registra mudanças no imaginário acerca do demônio. Ele passa a poder seduzir as jovens com a forma de um belo homem.

p. 43 – “Depois de ter sido um homem deformado, satã se apresentava a



partir de então como uma potência inumana, um rei tirânico, mas também como um ser inapreensível, capaz de encarnar-se em um envoltório animal ou híbrido, apto a introduzir-se em todo e qualquer corpo vivo. Depois de ter-se transformado em fera, será que não lhe era possível ser capaz de invadir igualmente o homem?

p. 45 – “A imagem sobre-humana de satã é, antes de mais nada, uma propaganda produzida pelos doutos e difundida pelos criadores, escritores, eclesiásticos em seus sermões ou em seus contatos com os fiéis.”

p. 46 – Dois elementos foram essenciais para um sentimento de extrema angústia diante do demônio. 1º) Elementos compreensíveis pelos interessados, no qual lembrava o destino do criminosos punidos energeticamente pelo senhor e o mesmo poder desse senhor de ser misericordioso. 2º) Nova cultura do corpo das pessoas comuns no Ocidente. “Antes satã se parecia muitas vezes com os homens. Ele agora se tornava tão monstruoso, tão bestial, que o fato de imaginá-lo podendo deslizar para o interior de qualquer ser devia produzir um sentimento de extrema angústia e levar a lutar para mantê-lo o mais longe possível de si.” Essa relação bem e mal fazem pensar que o homem contém em si espaço de confronto entre essas duas categorias. E, por isso, o demônio poderia invadir o corpo e torná-lo seu semelhante.

p. 46 – “Este caminho foi aberto pela Fera. A opinião, segundo a qual, os híbridos eram possíveis, havia crescido em importância a partir do século XII”.

p. 47 – “A eliminação de uma linha de demarcação nítida entre o homem e o animal, por volta do século XII, levou a temer, ainda mais do que antes, a parte bestial do homem e, por conseguinte, a tentar controlá-la mais eficazmente.”

p. 48 – “O diabo deixava de ser um homem decaído na graça, ou pervertido, para tornar-se a fera imunda escondida nas entranhas do pecador e, a mesmo tempo, o terrível soberano infernal reinando sobre um imenso exército de fanáticos seguidores.”

## ATIVIDADE SEMANAL

Na opinião de Robert Muchembled, o medo do diabo é crescente após o século XII. Aponte as características que tornaram essa imagem demoníaca tão assustadora.

**Texto-referência:**

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Lousa: Ulisseia, s/d. (p. 31-56).

Nesta aula, iniciaremos nossa terceira e última unidade que tem por título *A Idade Média em crise*. Para isso utilizaremos o capítulo dois do livro *O declínio da Idade Média*, de autoria de Johan Huizinga. Esta obra foi publicada em 1919 e, em suas primeiras traduções para o português, utilizou a palavra declínio em seu título, mas em publicação recente realizada pela editora Cosac Naify, traduzida direto do holandês, resgata o termo original o que gerou um novo título: *Outono da Idade Média*.

O professor e historiador holandês Johan Huizinga ficou conhecido por trabalhar com a Idade Média, Reforma protestante e Renascimento. Sua principal obra, *Outono da Idade Média*, de 1919, é considerada um clássico.

Em sua análise, Huizinga observou que nos fins da Idade Média uma melancolia alcançava a população. Quer se leia uma crônica, um poema, um sermão ou até um documento legal, a mesma impressão de tristeza era possível de se observar.

Tudo que podemos notar nos nobres daquele período remetia a um pesar. As expressões de tristeza não se limitavam à escrita. Também era transmitida na pintura da época e a palavra tristeza era relacionada com todas as ocupações sérias do espírito no século XIV. As frases pessimistas diante do mundo e da vida nada tem haver com piedade, mas desânimo e tristeza.

Desta forma, por toda a parte, naquela época, encontramos uma confissão de pessimismo. Todavia, esta tristeza era a base para a aspiração de uma vida de beleza e serenidade, porque em todos os tempos a visão de uma vida sublime se instalou na alma dos homens e quanto mais sombrio é o presente mais fortemente se fará sentir esta aspiração. Para o autor, seria errado considerar que o espírito medieval somente conheceu a forma religiosa da aspiração da vida, pois havia outro caminho que persistia nas civilizações: o sonho.

De acordo com Huizinga, seria exagero dizer que no fim da Idade Média o povo tinha plena consciência do valor moral da delicadeza, mas sentia o seu valor estético, o que marcava a transição dessas formas de sinceras manifestações de afeto para as áridas formalidades da civilização.

O costume de que a morte fosse pública e chorada ainda era comum no século XV. Manifestações de dor e sofrimento eram consideradas decentes, testemunhando uma dor sem limites.

## FICHAMENTO DO OITAVO DO MÓDULO

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Média**. Lousa: Ulisseia, s/d. (p. 31-56).

### Cap. 3 – O pessimismo e o ideal de vida sublime

p. 31 – “Nos fins da Idade Média pesava na alma do povo uma tenebrosa melancolia. Quer se leia uma crônica, um poema, um sermão ou até um documento legal, a mesma impressão de tristeza nos é transmitida por todos eles.”

p. 31 – “A verdade é que nos documentos de todas as épocas o infortúnio deixa mais vestígios do que a felicidade.[...]Somos talvez inclinados a concluir sem grande evidência que, de maneira geral e apesar de todas as calamidades, o total de felicidade pouco terá mudado de época para época. Mas no século XV, assim como durante o Romantismo era, por assim dizer, de mau gosto elogiar francamente o mundo e a vida. Estava em moda ver apenas o sofrimento e a miséria, descobrir em tudo sinais de decadência e da aproximação do fim – em suma, condenar os tempos ou ter por eles desprezo.”

p. 34 – “Tudo o que conseguimos saber do estado moral dos nobres revela uma necessidade sentimental de adornar a alma com as roupagens do pesar.”



p. 33 – Um exemplo dessa lamentação foi Eustache Deschamps:

“Tempo de dor e de tentação,  
Idade de lágrimas, de inveja e de tormento,  
Tempo de desânimo e de danação,  
Idade que conduz ao aniquilamento,  
Tempo cheio de horror que tudo produz falsamente,  
Idade mentirosa, cheia de orgulho e de inveja,  
Tempo sem honra e sem juízo verdadeiro,  
Idade de tristeza que encurta a vida.”

p. 35 – Na pintura os retratos da época transmitem tristeza pela expressão.

p. 35 – A palavra tristeza é relacionado com todas as ocupações sérias do espírito no século XIV.

p. 37 – Nas frases pessimistas diante do mundo e da vida nada tem a ver com piedade, mas sim com desânimo e tristeza.

p. 37/38 – “Assim, sempre e por toda a parte, na literatura da época encontramos uma confissão de pessimismo. Logo que a alma destes homens passa dos contentamentos da infância e das alegrias descuidadas à reflexão, uma profunda tristeza em face das misérias terrenas os invade e eles vêem apenas o infortúnio da vida. Todavia este profundo pessimismo é a base de onde a alma deles voará para a aspiração de uma vida de beleza e serenidade. Porque em todos os tempos a visão de uma vida sublime se instalou na alma dos homens e quanto mais sombrio é o presente mais fortemente se fará sentir esta aspiração.”

p. 38 – “Teremos de esperar pelo século XVIII – pois mesmo o Renascimento não traz consigo a ideia de progresso – para que os homens entrem resolutamente no caminho do optimismo social;”

p. 39 – Para o autor, seria errado considerar que o espírito medieval somente conheceu a forma religiosa da aspiração da vida, pois havia um outro caminho que persiste nas civilizações, o sonho.

p. 39 – Uma promessa de fuga diante das tristezas é possível a todos, a poética.

p. 40 – “A vida é regulada com um nobre jogo. Apenas um pequeno grupo aristocrático pode realizar o padrão desse jogo artístico. Imitar o herói e o sages não é tarefa para todos. Sem ócios e riqueza não se consegue dar à vida um colorido épico ou idílico. A aspiração de realizar um sonho de beleza nas formas da vida social traz como *vitium originis* a marca da exclusividade aristocrática.”

p. 40 – “Atingimos aqui então um ponto de vista do qual podemos observar a cultura laica no declínio da Idade Média: a vida aristocrática ataviada de formas ideais, dourada pelo romantismo cavalheiresco, esse mundo disfarçado dentro da fantástica roupagem da Távola Redonda.”

p. 41 – “Era aqui que o caminho da fantasia demonstrava o seu valor civilizador. Toda a vida aristocrática na Alta Idade Média é uma tentativa geral de representar a visão de um sonho. Revestindo-se do brilhantismo caprichoso do heroísmo e da probidade de épocas passadas, a vida dos nobres erguia-se até ao sublime. Por esta característica está o Renascimento ligado aos tempos do feudalismo.”

p. 46 – “Seria talvez exagero dizer que no fim da Idade Média o povo tinha ainda plena consciência do valor moral da delicadeza; mas seguramente ele sentia ainda o seu valor estético, que marca a transição destas formas de sinceras manifestações de afectação para as áridas formalidades da civilização.”

p. 52 – “As manifestações de pesar pela morte de um príncipe, se eram por vezes propositadamente exageradas, envolviam um pesar profundo e não fingido. A instabilidade geral do estado de alma; o extremo horror da morte, o fervor pelos laços e pela lealdade, tudo contribuía para fazer da morte de um príncipe ou de um rei um acontecimento doloroso.”

p. 52 – O costume de que a morte fosse pública e chorada ainda era comum

no século XV. Manifestações de dor e sofrimento eram consideradas decentes. Testemunhando uma dor sem limites.

p. 53 – “O valor cultural do luto reside em que ele dá forma e ao pesar. Transfere a vida real para a esfera do drama.[...] O luto continuava a ser um resto da sua primitiva função poética. Dramatizava os efeitos do pesar. Quanto mais nobres eram os mortos e os sobreviventes mais heroico era o luto.”

p. 54 – “Na sociedade medieval mesmo as relações íntimas são mais frequentemente exibidas do que mantidas secretas. Não só o amor, mas também a amizade, tem as suas formas de refinamento.”

p. 55 – “A complexidade destas requintadas formas recobria a cruel realidade de uma aparente harmonia e fazia da vida arte. Esta arte não deixou documentos e é por isso que a sua importância cultural tem sido tão pouco notada. [...] no final da Idade Média, as relações entre a arte e a moda eram mais íntimas do que presentemente.”

## ATIVIDADE SEMANAL

**Fórum:** Mínimo de 5 linhas

**Tema:** A melancolia no fim da Idade Média

Leia o trecho abaixo de autoria de Eustache Deschamps.

“Ó, vida miserável e tristíssima!...Nós sofremos a guerra, a morte e a fome! Frio e calor, o dia e a noite minam as nossas forças; as pulgas, a sarna e tantos outros vermes, nos fazem guerra. Em resumo, tem piedade, Senhor, dos nossos indignos corpos, cuja a vida é tão curta.”

(HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lousa: Ulisseia, s/d, p. 34.)

Com base no texto de John Huizinga, comente a melancolia presente no relato de Eustache Deschamps.



**Texto-referência:**

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Martins Fontes, 1988. (p. 7-37).

Para esta aula analisaremos os primeiros três capítulos do livro *Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos?*, de autoria de Philippe Wolff, publicado no Brasil pela editora Martins Fontes. Philippe Wolff nasceu em 1913 e morreu em 2001, e foi um importante medievalista francês.

Para Wolff, as interpretações históricas sobre os séculos XIV e XV apresentaram uma reputação lastimável. Apresentam explicações que remetem à recessão, estagnação e crises. De acordo com o autor, Johan Huizinga, encontrou uma forma de classificar esse período: Outono da Idade Média. O outono é a estação que antecede o inverno, todavia, é um momento belo. Influenciado por Huizinga, Wolff propõe uma análise menos trágica. O autor analisa quanta inovação e novidades esse período gerou ao ponto de pensar que esse outono talvez fosse uma primavera.

Na interpretação de Philippe Wolff, a Idade Média foi sempre caracterizada por uma trilogia caótica: fome, epidemias e guerras. Todo estudo que envolvia os séculos XIV e XV apareciam esses três pontos.

O problema da subsistência estava em termos dramáticos para a Europa, nos séculos XIV e XV, devido à debilidade e irregularidade da produção e às más condições de armazenamento. Duas colheitas ruins serviam para provocar a fome. A fraqueza dos rendimentos na agricultura se devia à falta de adubação, em decorrência de uma criação insuficiente de gado. A Europa somente se livrou dessa condição no século XVIII.

Para o autor, era preciso estabelecer políticas diante dos problemas colocados pela penúria. Em determinados momentos, são os monarcas e os governos municipais que irão enfrentá-los. Para isso, era necessário enviar comerciantes para comprar cereais. Seria preciso criar uma geografia da produção e do consumo dos alimentos, o que faria com que os grandes mercados aparecessem e, por consequência, as cidades.

De acordo com Wolff, a peste teve início na Europa Ocidental no século XIV, a partir de 1347. Um efeito da doença foi a redução na mão-de-obra. A fuga da população somava-se às mortes causada. Por todas as partes realizaram medidas para impedir a situação. A Inglaterra tomou medidas sistemáticas diante do problema: congelou salários e obrigou o trabalho com o impedimento da vadiagem e da mendicância.

De acordo com Wolff, muitos historiadores consideraram a guerra como fator econômico essencial. Dessa forma, a Idade Média, que contou com diversas batalhas, teria na guerra um dos motivos de sua desgraça. Entretanto, Wolff discorda dessa posição. Para ele, a guerra é complexa e só pode ser entendida com estudos locais e regionais. Precisamos compreender que o estado econômico depende de outros setores, além dos exércitos.

O autor propõe analisar a questão francesa, que suportou o peso da Guerra dos Cem Anos. Primeiro, é preciso definir o que era a França nos séculos XIV e XV: era um reino e, durante dois séculos, não foi uma unidade climática, nem econômica. Precisa-se definir agora o que foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Esse conflito iniciava e terminava ao longo do século.

Os exércitos não eram numerosos e, no período medieval, o objetivo era fazer prisioneiros de cavaleiros, principalmente dos quais esperavam resgate. Matar não era o objetivo principal. É claro que as plantações foram destruídas e abandonadas no século XIII e o comércio, padecia. Mas, para Wolff, não é possível medir esse prejuízo.

Para que guerras existissem, era necessário que existissem estados que pagassem por elas. E o preço foi pago por estados nascentes. O caráter inovador da guerra no período medieval fez florescer os estados.

## FICHAMENTO DO NONO MÓDULO

WOLFF, Philippe. **Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (p. 7-37).

### Introdução

p. 1 – Para Philippe Wolff, as interpretações históricas sobre os séculos XIV e XV apresentaram uma reputação lastimável. Apresentam explicações que remetem à recessão, estagnação e crises. Jan Huizinga encontrou uma forma de classificar esse período: outono da Idade Média. O outono é a estação que antecede o inverno, todavia, é um momento belo. Influenciado por Huizinga, Wolff propõe uma análise menos trágica. O autor analisa quanta inovação e novidades esse período gerou ao ponto de pensar que esse outono talvez fosse uma primavera.

### CAP. 1

#### As fomes

Fome e penúria

p. 7 – Distinção entre morte e penúria. A morte é que separa os dois termos. A penúria causa apenas sofrimento.

p. 8 – O problema da subsistência estava em termos dramáticos para a Europa[sec XIV E XV], devido à debilidade e irregularidade da produção e às más condições de armazenamento. Duas colheitas ruins serviam para provocar a fome.

p. 8 – “Navarra de antes de 1347 é mostrada como um mundo cheio; as fomes apenas começam a agir aí, cavando vazios demográficos rapidamente preenchidos. É em 1347 que se rompe o equilíbrio, e por muito tempo. Suspeitava-se que a Peste Negra de 1348 tinha sido precedida por uma fome, à qual diversas fontes de outros países fazem alusões mais ou menos vagas. Dessa vez, não é mais possível duvidar: 10% das famílias navarresas foram ceifadas pela fome em 1347, antes que, no ano seguinte, 40% desaparecesse. [...] Os efeitos da epidemia soma-se ao das fomes.”

p. 9 – “Este pequeno capítulo pretende ser principalmente um chamado à pesquisa. Os aspectos a definir são os seguintes. Por que essas fomes e essas penúrias (mais frequentes, parece, que no século precedente)?

p. 9 – A fraqueza dos rendimentos na agricultura se devia à falta de adubação, em decorrência de uma criação insuficiente de gado. A Europa somente se livrou dessa condição no século XVIII.

#### Mais frio e umidade?

p. 10 – Surgiu uma ideia de que uma alteração climática tinha agravado essa situação próximo ao ano de 1350. O clima teria se tornado mais frio e úmido.

p. 10 – “No começo do século XIV, os anos de forte pluviosidade e de seca são frequentes em Navarra. Mas bastariam para provar um desregramento da ordem natural? São apenas as habituais mudanças bruscas de tempo de um país reputado por sua instabilidade climática. As chuvas dos anos 1300-1320 e, mais tarde, a seca podem ser consideradas acontecimentos perfeitamente normais. [...] A mudança reside mais em um agravamento da receptividade dos campos às mudanças bruscas do tempo do que em uma modificação do clima.”

p. 12/13 – “Então somos pobres seres entregues aos caprichos do clima? É um determinismo climatológico que somos conduzidos? Não sem dúvida, pois em tudo isso a parte hipotética é importante, e não se trata senão de uma das causas que intervêm. Além disso, o homem reage e luta.”

p. 14 – Era preciso estabelecer políticas diante dos problemas colocados pela penúria. Em determinados momentos são os monarcas e os governos municipais que irão enfrentá-los. Para isso, será necessário enviar comerciantes em bus-



ca da compra dos cereais. Seria preciso cartografar uma geografia da produção e do consumo dos alimentos, o que faria com que os grandes mercados aparecessem e por consequências as cidades.

## Cap. 2 – As epidemias

p. 15 – Peste na Europa Ocidental no século XIV, a partir de 1347.

Um mal diferente de qualquer outro

p. 15 – “Todos os testemunhos concordam em situar a origem da peste na Ásia Central, onde ela existia em estado endêmico.”

p. 16 – “Logo foi toda a Europa Ocidental. Ingleses e escoceses lutavam como sempre na sua fronteira; o vencedor comemorou cedo demais a vitória e, no próprio local de acampamento, tombou quase todo. A Alemanha e, depois, a Europa Oriental terão sua vez (1349-1350). O mal extinguiu-se ao cabo de alguns meses, de 1348 a 1351 conforme os lugares. Pôde-se acreditar que desaparecera.”

p. 17 – “De fato, desde então, a peste instala-se como em sua casa. Não há mais epidemia universal, mas uma espécie de foco endêmico que desperta em datas diversas conforme os lugares.”

p. 18 – A peste bubônica, devido a picadas de moscas ou pulgas contaminadas, e a peste pulmonar, que se transmitia homem a homem.

p. 19 – “A Peste Negra de 1348 associou duas formas da epidemia: a peste bubônica e a pulmonar.”

p. 19 – “Um fato bem percebido pelos contemporâneos: o caráter contagioso da doença.” As causas eram desconhecidas e, por isso, as precauções eram insuficientes.

p. 19 – “Em compensação, nem as crônicas antigas nem a iconografia indicam como sinal precursor da peste a mortalidade dos ratos, sobre a qual insiste Albert Camus no célebre romance *A peste*. Os ratos não se locomoviam a ponto de transportar a epidemia de uma cidade a outra! Mas o contágio inter-humano foi bem denunciado.”

p. 19 – “Indiquemos, todavia, que o homem pouco a pouco aclimatou-se a esse mal. Enquanto em 1348 todo o indivíduo atacado morria, alguns decênios mais tarde era possível sobreviver.”

“A terça parte do mundo”?

p. 20 – “É Froissart que o afirma: morreu “a terça parte do mundo” (entenda-se: a Europa). Terá ele razão? Coloca-se aí, em todo caso, o primeiro problema: o dos efeitos demográficos da peste.”

p. 20 – Contemporâneos da peste apresentaram dados exagerados diante das mortes.

p. 22 – Um efeito da peste foi a redução na mão-de-obra. A fuga da população somava-se às mortes causada pela doença. Por todas as partes realizaram medidas para impedir essa situação. A Inglaterra tomou medidas sistemáticas diante desse problema: congelou salários e obrigou o trabalho, com o impedimento da vadiagem e da mendicância.

p. 24 – “Passada a primeira fúria de despesas que tomara conta dos sobreviventes, e sobretudo nos segmentos que ela não atingira, o despovoamento causado pelas epidemias no final das contas resultou numa crise de mercado.”

p. 24 – A epidemia levou a consequências sociais e tensão entre categorias sociais que eram responsabilizadas pela propagação das doenças. Os ricos acusavam os pobres. Os judeus também foram acusados.

p. 25 – A peste também alcançou um caráter moral. Ela era uma punição de Deus aos pecadores, o que levava aos sobreviventes a pecar menos.

p. 28 – “Já fiz várias vezes alusão ao papel da peste na iconografia. Ela também teve consequências artísticas. Pode-se considerar que, desde o século XIV, ela tivesse sido uma fonte ignorada de inspiração artística. É mais ou menos certo que o tema da *Dança Macabra*, em que homens e mulheres de todas as condições são arrastados numa ronda infernal por esqueletos careteiros, nasceu com a grande epidemia de 1348.”

**Cap. 3 – A Guerra**

p. 29 – De acordo com Wolff, muitos historiadores consideram a guerra como fator econômico essencial: “A prosperidade apareceria não apenas ligada de modo indissolúvel à paz, mas necessariamente provocada por sua manutenção.” Desta forma, a Idade Média, que contou com diversas batalhas, tem na guerra um dos motivos de sua desgraça.

p. 29 – Entretanto, Wolff discorda dessa posição. Para ele, a guerra é complexa e só pode ser entendida com estudos locais e regionais. Precisamos compreender que o estado econômico depende de outros setores além dos exércitos.

p. 30 – O autor propõe a analisar a questão francesa, que suportou o peso da Guerra dos Cem Anos. Primeiro, é preciso definir o que era a França nos séculos XIV e XV: era um reino e, durante dois séculos, não foi uma unidade climática, nem econômica. Precisa-se definir agora o que foi a Guerra dos cem anos (1337-1453). Esse conflito durou mais e menos de cem anos - iniciava e terminava ao longo do século. “Entre 1300 e 1453, os anos de paz ou de trégua foram pelo menos tão numerosos quanto os anos de guerra.”

p. 36 – “Vou então, por minha vez, fazer a sinistra contabilidade da guerra. Terá ceifado muitas vidas? Um cálculo rigoroso é impossível, só conseguimos formar uma ideia geral. As batalhas não mataram muita gente.” Os exércitos não eram numerosos e no período medieval o objetivo era de fazer prisioneiros, de cavaleiros principalmente dos quais esperavam resgate. Matar não era o objetivo principal.

p. 36 – É claro que as plantações foram destruídas e abandonadas no século XIII e o comércio padecia. Mas será possível colocar o prejuízo em números?

p. 37 – Para que guerras existissem eram necessários que existissem estados que pagassem por elas. E o preço foi pago por estados nascentes. Caráter inovador da guerra no período medieval que fez florescer os estados. “Depois da sinistra trilogia [fome, guerra e epidemia] é preciso evocar o difícil parto do Estado.”

## Texto-referência:

BARK, William. C. **Origens da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974. (p. 16-47).

Esta aula-extra tem o intuito de ajudá-los a analisar os textos estudados até aqui e que serão cobrados na nossa primeira prova. Para isso, organizamos uma aula baseada no texto já estudado de William Carroll Bark, enfatizando a interpretação histórica acerca da Idade Média.

Ao considerarmos um período histórico, é relevante analisarmos que eles são frutos de uma interpretação. A concepção de verdade histórica já foi abandonada pela historiografia.

William Bark, no início de sua análise, afirmou que o período medieval não é composto de apenas uma interpretação. A Idade Média, na verdade, são várias. Podemos observar que atitudes filosóficas acerca da Idade Média são as mais variadas. Em uma análise realizada pela Renascença, a Idade Média foi o período da barbárie e, para Voltaire, um momento da fé, no qual não correspondia um dia da época em que o autor vivia, seria um período sem razão e, portanto, sem luz.

Por outro lado, para alguns românticos, a Idade Média não foi nada além dos seus vitrais coloridos, ou melhor, o que eles conseguiam representar, tal como monges, donzelas, cavaleiros, camponeses ou alguns sarracenos cruéis. Outras interpretações, de caráter científico, apresentaram duas variantes principais. Uma que se caracterizou pela repulsa contra a certa ignorância supostamente criada pela Igreja e outra ligada ao caráter médico/higiênica, no qual a Idade Média seria um período imundo.

Vamos observar imagens acerca da Idade Média que tratam de interpretações variadas desse período.

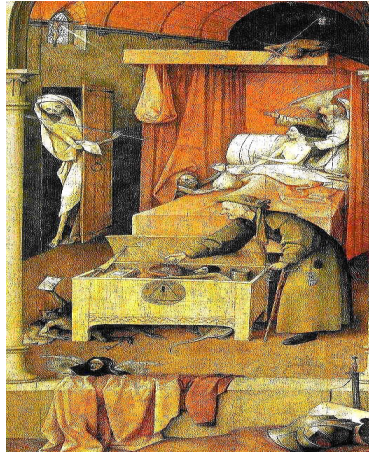


**Liber Chronicum**, de Hartmann Schedel (séc. XV). In: POLLEFEY, Patrick. *Représentations diverses de la mort*.

Imagem disponível em <http://pequenamorte.com/2009/06/24/a-morte-e-as-representacoes-do-alem-na-idade-media-inferno-e-paraiso-na-doutrina-para-criancas-c-1275-de-ramon-llull-1-ricardo-da-costa/>, Acessado em 31/08/2011.

Nesta imagem, notamos a ilustração da morte de Hartmann Schedel, no século XV. A imagem corresponde a uma interpretação da Idade Média como o momento da barbárie, com grande número de mortes.





Hieronymus Bosch (c. 1450-1516). **A Morte e o Avarento** (c. 1490). Detalhe. Óleo na madeira (93 x 31 cm) — National Gallery of Art, Washington.

Imagem disponível em <http://pequenamorte.com/2009/06/24/a-morte-e-as-representacoes-do-alem-na-idade-media-inferno-e-paraiso-na-doutrina-para-criancas-c-1275-de-ramon-llull-1-ricardo-da-costa/>, Acessado em 31/08/2011.

Na obra de Hieronymus Bosch, vemos a morte de um avarento, o que mostra a espiritualidade medieval diante da morte.



**Dante. A Divina Comédia. O Paraíso.** Canto XXXIII. MS. Holkham misc. 48 (formerly Norfolk, Holkham Hall, MS. 514), p. 147.

Imagem disponível em <http://pequenamorte.com/2009/06/24/a-morte-e-as-representacoes-do-alem-na-idade-media-inferno-e-paraiso-na-doutrina-para-criancas-c-1275-de-ramon-llull-1-ricardo-da-costa/>, Acessado em 31/08/2011.

Nesta gravura, podemos notar a fé, com a representação do paraíso, inspirado na obra *A divina comédia*, de autoria de Dante Alighieri.

Outra imagem que ilustra a característica de fé pode ser percebida na obra *O juízo final* de Fra Angélico.





*Fra Angelico. O Juízo Final. Detalhe do Inferno (1432-1435). Museo di San Marco, Florença. Imagem disponível em <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num2/tundalo.html>. Acessado em 31/08/2011.*

Nosso intuito não é considerar qual visão é a correta; cada uma delas traz em si a expressão de sua época. A nós, resta considerar e analisar as diversas possibilidades interpretativas que envolvem o estudo da Idade Média. Temos que considerar que o estudo histórico é sempre plural, não parte de apenas um ponto de vista. Assim, os autores e artistas possuem diferentes análises para o mesmo período histórico. Tente observar, nos textos já estudados, a diferença interpretativa existente entre os trabalhos de Perry Anderson, Henri Pirenne e William Bark.

Esta aula-extra tem a finalidade de auxiliá-los no estudo dos três textos que serão cobrados em nossa segunda avaliação. Para isso, organizamos uma aula baseada nos textos já estudados de autoria de André Vauchez, Jean Delumeau e Robert Muchembled, que tratam da espiritualidade do período medieval. Espero que todos leiam os textos para facilitar a compreensão.

Para melhor estudar os textos propostos, sugiro uma análise baseada em perguntas e respostas. Acerca do trabalho de André Vauchez, algumas questões podem ser levantadas:

- O que significa uma espiritualidade Monástica?
- Qual a relação existente entre a aristocracia e o clero nos séculos X e XI?
- Qual a influência desta espiritualidade na Idade Média?

A resposta a essas questões podem ser dadas de maneira conjunta, uma vez que estão entrelaçadas. Pensar a Idade Média até o século XIII significa lembrar que os movimentos espirituais da Igreja se relacionavam intimamente com a existência de ordens religiosas, principalmente a ordem Beneditina.

No entanto, não podemos estudar esses mosteiros como uma ilha, mas sim com uma aproximação do clero, ou melhor, dos monges com a aristocracia leiga. Por meio do contato entre o clero e os nobres, muitos ritos se confundiam, como o próprio gesto de unir as mãos em oração, generalizado nos séculos X e XI, reproduz a homenagem do vassalo para seu senhor. Além disso, os mosteiros foram locais de reclusão de filhos e filhas de nobres.

Da proximidade entre Igreja e aristocracia, nasceu uma espiritualidade que marcou a vida religiosa da sociedade ocidental até o começo do século XII, cujos efeitos foram sentidos até o fim do período medieval. Para André Vauchez, os leigos foram tomados por essa mentalidade monástica e mesmo aqueles que não conseguiam entrar em um mosteiro tornavam-se eremitas, como tentativa de se consagrar a Deus. Estilo de vida heroico foi o ideal cristão na época feudal, caracterizados por esforços seja dos monges ou dos eremitas. A santidade passava a ser possível por meio de duros esforços. Em resumo: a aquisição de méritos pela privação e sacrifício era o entendimento do homem medieval para ter a remissão de seus pecados.

Sobre as análises de Jean Delumeau acerca do imaginário medieval, podemos levantar algumas questões importantes:

- O que significa a construção do imaginário demoníaco na Idade Média?

Para Jean Delumeau, a imagem do diabo foi pouco reproduzida nos anos anteriores ao século XI. No entanto, entre os séculos XI e XII surge uma preocupação com o diabo no Ocidente. A princípio, imagem diabólica não chega a causar pavor. O momento do medo da figura do diabo vai se estender pelo século XIII e XIV.

O demônio passa a ser relacionado com os prazeres artificiais, com a ilusão da felicidade. A terra passa a ser o local de domínio do diabo. Nos séculos XVI e XVII, o medo do demônio se consolidou na Europa e diversas obras acerca do diabo e suas funções eram publicadas, povoando o imaginário europeu.

Sobre Robert Muchembled, duas questões são importantes para entendermos sua análise:

- Como a representação diabólica é alterada ao longo dos anos e quais são as novas características desse imaginário do demônio?

Antes de responder à questão, é preciso considerarmos uma constatação de Robert Muchembled: não é o demônio que produz uma nova relação de sua imagem, mas os homens que constroem a representação de satã e que inventam um Ocidente diferente do que existia.

Feita essa observação, podemos responder à questão dizendo que, no primeiro milênio cristão, o diabo passou com pouca importância naquela sociedade. No que se refere à arte, até o ano 1000, poucas imagens faziam referência ao diabo. A representação de Lúcifer como rei do inferno surge apenas no fim da



Idade Média. E, mesmo assim, não aparece como algo homogêneo. A história do diabo no Ocidente é composta por diversas mutações em suas características.

Sua imagem, na vida monástica da Idade Média, ganhou vigor. No século XI, com a ideia de uma luta entre o bem e o mal, o relato do monge Raoul Glaber, que disse ter se encontrado com o diabo, apresenta uma figura diabólica que se caracteriza como um homem transviado, deformado, sem odores ou olhar marcante. Aparece como o mal encarnado, e não como o rei dos infernos.

A imagem do diabo antes do fim da Idade Média era variada. O cristianismo incorporou elementos cuja origem não conseguiu localizar. Trata-se de uma luta do cristianismo contra as crenças e práticas pagãs, das quais certos elementos resistem e são assimilados, recobertos com um novo véu e reorientados dentro do cristianismo.

O diabo deixa de ser um homem deformado e se apresenta como uma potência inumana, um rei tirânico, capaz de encarnar-se, apto a introduzir-se em todo e qualquer corpo vivo e tornar-se a fera imunda escondida nas entranhas do pecador e o terrível soberano infernal.

# Anexo

## QUESTÕES PARA AVALIAÇÃO

### Questão 1:

Do ponto de vista de Perry Anderson, qual a relação existente entre as invasões, alteração social germânica e o surgimento do feudalismo?

### Questão 2:

Leia o trecho abaixo e responda à questão:

“Uma possibilidade para o tratamento analítico da cidade como parte de algo maior está em enquadrar o fenômeno urbano dentro do sistema comercial. Particularmente para o caso das cidades medievais, boa parte delas era tão integrada ao circuito comercial de sua época, que alguns autores como Henri Pirenne (1925) julgaram ser possível associar linearmente crescimento comercial e crescimento urbano, no que foram posteriormente criticados por historiadores que examinaram outros fatores e motivações igualmente importantes para o urbanismo medieval.”

**(BARROS, José D’Assunção. Cidade Medieval e Feudalismo. Um balanço da questão. Publicatio, Ponta Grossa, 16 (2): 289-300. Dez. /2008)**

Disserte sobre as principais críticas de W. Bark ao trabalho de H. Pirenne no que se refere à presença árabe no Mediterrâneo.

### Questão 3:

Leia o trecho abaixo:

“A sedimentação cultural da segunda onda de conquistas foi muito mais profunda e mais duradoura que a primeira.”

**(ANDERSON, Perry. *Passagem da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.117.)**

Do ponto de vista de Perry Anderson, o que torna a segunda onda de invasões mais significativa que a primeira?

### Questão 4:

Leia o trecho abaixo:

“A língua inglesa tem uma acentuada preferência pelo uso do plural em muitas expressões que as demais línguas europeias se contentam em formular no singular. É assim que os autores de língua inglesa examinam começos ou origens, descrevem períodos árdus, têm antes finalidades e objetivos do que uma finalidade ou um objetivo, e no que se relaciona com o passado histórico, veem no período medieval não apenas uma idade, mas várias idades entre a antiguidade e os tempos modernos (outro plural).”

**(BARK, William. C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.)**

Explique o que significa a opção pelo plural no estudo histórico.

### Questão 5:

Leia o trecho abaixo:

“A consequência mais grave da difusão da espiritualidade monástica foi, sem dúvida alguma, a depreciação profunda e duradoura do estado leigo. Considerado inferior tanto religiosa quanto culturalmente, o laicato se definiu negativa-



mente por sua exclusão do universo do sagrado e da cultura erudita.”

**(VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 47.)**

Explique as mudanças da mentalidade coletiva exercida pela espiritualidade monástica na sociedade feudal.

### Questão 6:

“Isolar a religião do domínio político ou a economia das representações mentais levaria a uma inaceitável mutilação do sentido. Uma sociedade tem que ser apreciada como um todo, sem ocultar suas fragilidades, sem deixar de explorar sua face sombria.”

**(MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo. Século XII-XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. p.18)**

De acordo com as ideias do autor, contidas no trecho acima, explique como as mudanças que ocorreram com a imagem do diabo, a partir dos séculos XI e XII, se relacionaram com outros aspectos da sociedade europeia.

### Questão 7:

Leia o trecho abaixo:

“Enquanto Raoul Glaber ou os escultores góticos imaginavam o Maligno como um ser humano disforme, as pessoas da Idade Média tardia o empurram resolutamente para fora de sua esfera humana, em direção a um universo animal tornado mais inquietante a partir do século XII.”

**(MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo. Século XII-XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001, p.39.)**

Explique o que significou a mudança de uma representação humana do diabo para uma representação animalesca.

### Questão 8:

Leia o trecho abaixo:

“Qual meu espanto há sido em contemplando  
Três faces na estranhíssima figura!  
Rubra cor na da frente está mostrando;

Das outras cada qual, da Pádua escura  
Surdindo, às mais ajunta-se e se ajeita  
Sobre o crânio da infanda criatura.

[...]

Via asas duas sob cada frente,  
Tão vastas, quanto em ave tal convinham:  
Velas iguais não abre nau potente  
[...]

Qual moinho, com dentes truculentos  
Cada boca um prexito lacerava:  
Padecem três a um tempo assim tormentos.”

**(ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Atena editora, 1955, p. 262)**

O trecho acima é parte do livro *A Divina comédia*, de autoria de Dante Alighieri, e narra o encontro com Lúcifer no inferno. Para Jean Delumeau, essa obra marca uma variação na representação do diabo. Disserte sobre a mudança no imaginário demoníaco após o século XIV.

**Questão 9:**

Com base nos textos de Henri Pirenne e de William Bark, apresente a interpretação de cada um desses autores no que refere ao comércio no Mediterrâneo.

**Questão 10:**

Leia o trecho abaixo:

“Nos fins da Idade Média pesava na alma do povo uma tenebrosa melancolia. Quer se leia uma crônica, um poema, um sermão ou até um documento legal, a mesma impressão de tristeza nos é transmitida por todos eles.”

**(HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Viseu (Portugal): Ulisseia, s/d. p. 31.)**

Explique, com base no texto de John Huizinga, a melancolia presente nos últimos anos da Idade Média.



## Referências Básicas

### Unidade I – A Sociedade Feudal. (Duração: 4 semanas)

#### MÓDULO 1

ANDERSON, Perry. *Passagem da antiguidade ao feudalismo*. Lisboa: Afrontamentos, 1982. (p.103-122).

#### MÓDULO 2

PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Europa-América, 1977. (p.49-64).

#### MÓDULO 3

BARK, William. C. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974. (p. 16-47).

#### MÓDULO 4

BARROS, José D'Assunção. Cidade Medieval e Feudalismo. Um balanço da questão. *Publicações UEPG Ciências Humanas Aplicadas. Línguas, Letras e Artes*. Ponta Grossa, 16 (2): 289-300. Dez. 2008. Disponível em <[HTTP://www.prospesp.uepg.br/publicatio/hum/2008-2/Art.8.pdf](http://www.prospesp.uepg.br/publicatio/hum/2008-2/Art.8.pdf)>.

### Unidade II – A Igreja e a cultura medieval (Duração: 3 semanas)

#### MÓDULO 5

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. (p. 31-64).

#### MÓDULO 6

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 239-259).

#### MÓDULO 7

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo*. Século XII-XX. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001. (p.17-48)

### Unidade III – A Idade Média em crise (Duração: 2 semanas)

#### MÓDULO 8

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Lousa: Ulisseia, s/d. (p. 31-56).

#### MODULO 9

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. (p. 7-37).

# Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Neri de Barros. **O alvo da História da Igreja e a História da Igreja como Alvo: O exemplo da Idade Média Central (séculos XI-XIII).** *Revista de Estudos da Religião. Rever. Pós-graduação em Ciência da Religião*, PUC. São Paulo, n. 2, ano 4, 2004. Disponível em <[HTTP://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2004/t\\_almeida.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/t_almeida.htm)>.

BARROS, José D'Assunção. **Passagens de Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe.** *História*, Franca, v. 28, n. 1, 2009. Disponível em <[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742009000100019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742009000100019&lng=pt&nrm=iso)>.

BLOCH, Marc. **A sociedade Feudal.** Lisboa: Edições 70, s/d.

MICHELET, Jules. **A agonia da Idade Média.** Trad. de Ártemis Albuquerque Coelho e Plínio Augusto Coelho. São Paulo: EDUC/Imaginário, 1992.

DELUMEAU, Jean. **A Confissão e o Perdão.** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

DUBY, George. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo.** Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval.** Lisboa, Edições 70, 2 vols., 1988.

DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses.** Lisboa, Ed. Estampa, 1980

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FABEL, Nachman. **Heresias medievais.** São Paulo, Perspectiva, 1976.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval.** Lisboa, Ed. Estampa, 2 vols., 1983.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval.** Lisboa, Edições 70, 1985

LE GOFF, Jacques. **O ocidente medieval.** Lisboa: Estampa, 1984, 2 vols.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média.** Lisboa: Estampa, 1990.



VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1990.

VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. – Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

MORÁS, Antonio P.V.. **Das representações míticas à cultura clerical: as Fadas da Literatura Medieval**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881999000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000200010&lng=pt&nrm=iso)>.

SILVA, Francisco C. Teixeira. **Sociedade Feudal. Guerreiros, sacerdotes e trabalhadores**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.